

A Reserva Naval em África



O DIA DA **RESERVA NAVAL**

9 de Outubro de 2010

A AORN, Associação dos Oficiais da Reserva Naval, promove, pelo segundo ano consecutivo, o DIA DA RESERVA NAVAL. É um dia de reunião, de solidariedade, de camaradagem que todos os que passaram pela Reserva Naval devem colocar na sua agenda.

Este ano as comemorações são distribuídas por dois locais diferentes:

A sessão solene tem lugar no Pavilhão das Galeotas (Museu de Marinha), em Lisboa, onde serão homenageados alguns dos nossos melhores e onde iremos dialogar com a Armada sobre um tema actualíssimo: a aquisição e o uso estratégico e tático dos novos submarinos.

O almoço-convívio tem lugar no Farol da Guia (em Cascais, a caminho do Guincho), de onde podemos contemplar a foz do rio Tejo e o Mar imenso.

PROGRAMA

- 09:00 Reunião dos participantes junto ao Museu de Marinha (pode ser usado o parque de estacionamento do Museu)
- 09:30 Missa na Igreja da Memória (Igreja das Forças Armadas), em honra dos camaradas já falecidos
- 10:30 Sessão Solene no Pavilhão das Galeotas (Museu de Marinha)
Abertura (Presidente da Assembleia Geral)
Apresentação/Discussão sobre a "Importância dos Submarinos para Portugal"
(Comandante Gouveia e Melo)
O Futuro da AORN - Alteração dos Estatutos e a Liga Naval (Presidente da Direcção)
Homenagem aos nossos sócios e camaradas (Entrega do "Golfinho de Ouro"):
António Rodrigues Maximiano (a título póstumo)
Alípio Pereira Dias
Ernâni Rodrigues Lopes
Nuno Vieira Matias
- 12:00 Encerramento e deslocação para Cascais
- 13:00 Almoço-Convívio no Farol da Guia
- 17:00 Encerramento das comemorações

Na sessão solene, a mesa é constituída pelos presidentes da Assembleia-Geral, Conselho Fiscal e Direcção da AORN, pelo Almirante Chefe do Estado-Maior da Armada e pelo palestrante.

(As deslocações entre o Museu de Marinha, a Igreja da Memória e o Farol da Guia, poderão ser efectuadas em autocarros da Marinha)



Índice



Publicação Periódica da Associação
dos Oficiais da Reserva Naval
N.º 18 • Ano XV
Outubro de 2010

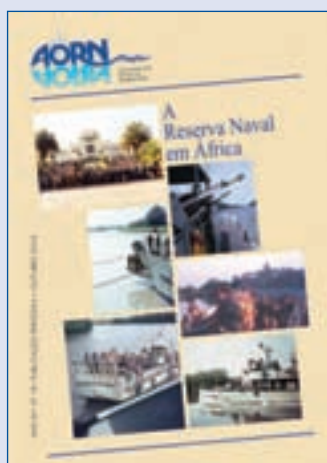
Administração e Redacção
Fábrica Nacional da Cordoaria
Rua da Junqueira • 1300-342 Lisboa
Telefs.: 21 362 68 40 / 21 362 68 39 (Fax)
e-mail: aorn95@reservanaval.pt
www.reservanaval.pt

Director
Joaquim Moreira

Design e paginação electrónica
Manuel Lema Santos
mlema@mlemasantos.com

Impressão e acabamento
Gazela - Artes Gráficas, Lda.
www.gazela.pt

Tiragem
1.000 exemplares



Editorial	5
A Marinha em África	6
O 14º CFORN	9
<i>14º CFORN Fuzileiros: todos os anos fazemos formatura</i>	13
Cerimónia do 10 de Junho	15
<i>Intervenção do Almirante Vidal Abreu</i>	16
<i>Intervenção da Srª D. Maria do Carmo Oliveira e Carmo</i>	17
<i>Intervenção do Almirante Pires Neves</i>	18
Homenagem ao STEN FZ RN António Piteira	20
A Reserva Naval e a Guerra em África	21
Jornadas de Economia do Mar	25
O 21º CFORN	27
Operação “Mar Verde”	34
Notícias	38
Prémio Reserva Naval 2010	41
“In Memoriam”... <i>Comandante Casimiro Rocha Barreto</i>	41
Mestre Henrique Anjos	42
“In Memoriam”... <i>Dr. António Luís Marinho de Castro</i>	44
“In Memoriam”... <i>Dr. António Rodrigues Maximiano</i>	45
“In Memoriam”... <i>Prof. Dr. Ricardo Campos</i>	46

PROTOSCOLOS

De acordo com as duas grandes linhas de orientação que nos impusemos, e que recordamos:

Uma AORN de projecção externa, visando, em última análise, obter o Estatuto de Utilidade Pública, prestando ou tentando prestar um Serviço a Portugal e à Marinha.

Uma AORN de projecção interna, voltada para os sócios e seus familiares, aproveitando todos os recursos internos disponíveis e fazendo protocolos com entidades externas.

Tentamos aproveitar a “capacidade instalada”, para se colmatarem necessidades internas, através da realização de protocolos com instituições que, de algum modo, possam dar resposta a essas necessidades. Para conhecimento dos sócios, transcrevemos alguns excertos, sobre o assunto, retirados do Relatório Anual de 2009:

Sede “Social” da Reserva Naval

Onze anos após a primeira assinatura do protocolo com a Marinha e completados quatro anos desde que nova redacção foi acordada com o Estado Maior da Armada, estamos em negociações com a Direcção do CMN (Clube Militar Naval) para fazermos um protocolo, com o propósito de podermos usufruir deste espaço, como “Sede Social”, para colmatar a falta de espaço social de convívio na actual e na futura “Sede Administrativa”.

Protocolo com o IASFA

Por considerarmos que faz todo o sentido aproveitarmos condições disponíveis noutras instituições, como é o caso do IASFA (Instituto de Acção Social das Forças Armadas), que podem ser úteis para os sócios da AORN, assinámos um protocolo com esta entidade, no passado dia 5 de Novembro de 2009.

Protocolo com a Universidade Lusófona

Assinámos, no passado dia 15 de Julho, um protocolo com COFAC, cooperativa detentora da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, através do ISES (Instituto Superior de Estudos de Segurança), dirigido pelo nosso camarada Joaquim de Carvalho. De acordo com a cláusula 1ª do protocolo que se transcreve:

“As duas instituições promoverão a realização conjunta de conferências e de estudos sobre a segurança, nomeadamente sobre os desafios e as ameaças que, em virtude da globalização, se colocam, actualmente, à sociedade em geral e ao estado português em particular”.

Protocolo com a Universidade Lusíada

Continuamos a estabelecer contactos com a Universidade Lusíada, visando fazer o ponto da situação do protocolo, assinado em 20 de Março de 2003, e avaliar da possibilidade de lhe dar substância.

Protocolos Diversos:

Para nos obrigarmos a acompanhar os protocolos assinados com as diferentes Entidades, a seguir se transcrevem os protocolos em vigência, com os respectivos nomes e as datas de assinatura:

Protocolo com a Revista de Marinha – 01 de Fevereiro 2009

Protocolo com a Nautique – 06 de Maio de 2010

Protocolo com a Mutuamar Formação – 17 de Maio de 2010

Protocolo com a Messe de Cascais – 01 de Julho 2010



Joaquim Oliveira Moreira
Presidente da Direcção

Mais vale tarde que nunca! É a primeira frase que me ocorre ao iniciar este Editorial.

Após cerca de 7 anos de ausência e no ano em que fazemos 15 anos de existência, a revista da AORN vai conhecer o seu nº 18. Depois de termos tentado, sem êxito, fazer uma “Revista Nova”, decidimos manter os objectivos iniciais, dando continuidade a este projecto.

Cumprimos, assim, um dos objectivos a que nos propusemos, assumindo a importância e a urgência em comunicarmos com os sócios, através de um meio que, de algum modo, continua a ser privilegiado por muitos dos nossos camaradas da Reserva Naval.

Porque o óptimo é inimigo do bom, decidimos avançar e concluir este número, não como uma “Obra-Prima”, mas como o resultado de um trabalho voluntário de alguns dos nossos, e a quem devemos estar agradecidos e que, para que conste, são: o Serafim Lobato, o Armando Ferrão, ex-jornalistas que assumiram a “Redacção”, o José Ruivo que coordenou e é o verdadeiro responsável por termos conseguido a

colaboração do Lema Santos que, com a sua competência e profissionalismo, foi o operacional que tornou possível esta revista.

Feito este intróito, vamos falar um pouco sobre os conteúdos e sobre a razão de ser das imagens da Capa e do título “*A Reserva Naval em África*”.

Num momento em que sentimos que começou o processo de reconciliação com a nossa memória colectiva, o Dia do Combatente começa a ser melhor compreendido e aceite. Achamos que é a altura de assumirmos a nossa História, como factor de identidade e garante do nosso futuro, como povo e como Nação, capaz de encontrar um rumo.

O tema “*A Reserva Naval em África*” surge nesta perspectiva, isto é, chegou o momento de darmos o nosso contributo para se escrever a História, aproveitando as histórias de cada um, de forma escrita ou oral, mesmo que as “histórias” sejam diferentes e sobretudo por isso.

A propósito, não posso deixar de relatar uma pequena experiência da minha vida. Sempre fui céptico em relação à História, até ao dia em que, tendo vivido ou “estando a fazer história” constatei que a “minha história” é diferente da “história do camarada do lado”. Aqui percebi a importância da História, aquela que alguém fará um dia, baseado no “meu depoimento” e no do “meu amigo” que não conta a mesma história que eu, apesar do acontecimento ter sido o mesmo, no tempo e no espaço.

É, por isso, muito importante que se faça a história, oral e não só, da Reserva Naval, pelo que devemos assumir esta tarefa como uma das razões de ser da própria AORN.

Os artigos assinados são da responsabilidade de quem os fez, podendo ou não ser do agrado de alguns, são no entanto contributos vivos de quem viveu a história e a resolve contar.

Deixem-me ainda fazer referência a alguns temas em destaque nesta publicação: as *Jornadas de Economia do Mar*, os *Dias da Reserva Naval*, o *Dia do Combatente* e o “*In memoriam*”.

No dia 09 de Outubro, dia em que esta revista chega às bancas, vamos homenagear o Rodrigues Maximiano (a título póstumo), o Alípio Dias, o Ernâni Lopes e o Almirante Nuno Vieira Matias, com a atribuição do “Golfinho de Ouro”, por terem “*servido sem cuidar recompensa*”.

Hesitei, mas não resisti, em fazer referência a um conceito, publicado no livro com o título “*A Economia no Futuro de Portugal*”, que nos ensina o que fazer para encontrar a “*Via útil para o futuro (desejável) a partir das circunstâncias presentes (verificáveis)*”. Esta frase do livro de um economista prestigiado e grande estadista, remete-nos para um “Quadro” que me atrevo a chamar de Errata dos Valores, sem qualquer polémica com Os Princípios (Ver Destaque).

Contribuir para esta “*Via útil para o futuro*”, é um desafio para todos nós da Reserva Naval.

Não podia terminar, sem uma referência especial a um dos nossos melhores, ao Ernâni Lopes, a quem quero dizer: se “não há homens insubstituíveis” também “não há regra sem excepção”, pelo que tudo faremos, sem prejuízo da sua saúde, para o demover da sua intenção anunciada de não ser candidato na próxima Assembleia Geral Eleitoral. Sei que o Ernâni gosta muito e se identifica com a AORN, mas sei também que a AORN gosta muito dele e igualmente se identifica nele.

Joaquim Moreira
25º CFORN-FZE

A VIA ÚTIL PARA O FUTURO	
Errata dos Valores	
Onde está (Onde se lê)	Pôr (Deve ler-se)
Facilitismo	Exigência
Vulgaridade	Excelência
Moleza	Dureza
Golpada	Seriedade
Videirismo	Honra
Ignorância	Conhecimento
Mandriice	Trabalho
Aldrabice	Honestidade

A MARINHA EM ÁFRICA

Com data de 2009, foi editado, em português, pela “Prefácio”, o livro do comandante John P. Cann, da Marinha dos Estados Unidos da América “**A Marinha em África**”, onde o autor estuda e aprofunda o conhecimento sobre a acção da Armada portuguesa, dos seus navios e fuzileiros no período da guerra no Ultramar.

J.P. Cann, além de oficial aviador da Marinha de Guerra norte-americana, tem um perfil académico respeitável e, na minha opinião, é o primeiro alto responsável militar de um país, como os EUA, que analisa, como investigador e estratégia militar da contra-subversão no Mundo contemporâneo, o papel e a actividade do pessoal da Marinha lusitana – e da própria instituição – no mar e em terra, numa perspectiva elogiosa, sustentando que Portugal, numa situação adversa de 13 anos, conseguiu definir e pôr em marcha uma estrutura guerreira e castrense de defesa das águas interiores que ele, no seu ponto de vista, argumenta que “*permanece relevante hoje*”. Acrescentando que, como modelo estratégico, “*influencia as marinhas actuais e futuras*”.

Este académico foi ainda professor da Marine Corps University, lecciona actualmente na Virgínia University e é membro do International Advisory and Research Council no Potomac Institute for Policy Studies e do Institute for Defense Analyzes.

Fez ainda parte do gabinete do Secretário Auxiliar da Defesa para Operações Especiais e Conflitos de Baixa Intensidade e, depois, do gabinete do Subsecretário de Estado da Defesa.

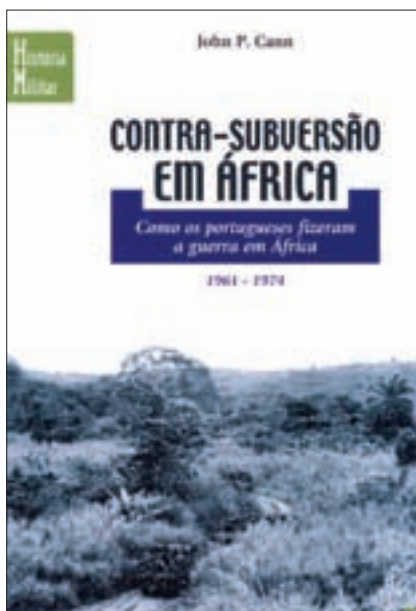
Além de ter publicado artigos sobre o tema da contra-insurreição, prestou também serviço no Pentágono e no comando da Nato, em Oeiras.

Convém referir que o professor e comandante Cann se doutorou no King’s College de Londres, apresentando, em 1966, uma tese sobre as campanhas africanas de Portugal, tese esta que serviu de guia para orientar o seu primeiro livro com

o título “**Contra-subversão em África**” e o pós título “**Como os Portugueses Fizeram a Guerra em África**”, com edição-reimpressão de 2005.

Quer um, quer o livro em apreciação agora são o resultado de largos anos de investigação.

O comandante Cann assinala que, para escrever estes dois livros, ficou “*fascinado pelas narrativas*” das experiências dos oficiais portugueses que combateram em África, quando prestou serviço em



Oeiras e, como num espaço relativamente dilatado, as Forças Armadas portuguesas conseguiram manter o seu “*Império Ultramarino*” com os meios que tinham ao dispor.

Sobre a obra, agora em apreciação, Cann trata da componente naval e enaltece, do seu ponto de vista, comparativamente com outras guerras de guerrilhas, o facto de – e cito – “*especificamente, como a Marinha de Guerra Portuguesa se antecipou ao conflito, como efectuou a sua preparação e como travou esta luta nos rios de África*”.

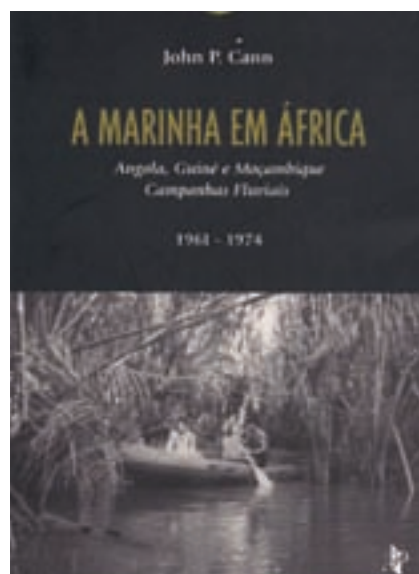
Na sua nota de agradecimento, o comandante Cann assinala: “*A Reserva Naval desempenhou um papel vital no conflito e,*



O comandante John P. Cann

como afirmou um almirante, a guerra não poderia ter sido travada sem o seu concurso. Os seus veteranos ainda hoje recordam vivamente as suas experiências, e eu agradeço muito o tempo que disponibilizaram a partilhá-las comigo. Estou particularmente grato a António de Castro Moreira, Manuel Lema Santos, José Diogo Pires Branco, José Augusto Pires de Lima, António Luís Marinho de Castro, Ricardo Manuel Migães de Campos, Paulo Lowdes Marques e Vasco Quevedo Pessanha, todos membros da Associação dos Oficiais da Reserva Naval”.

Embora não aprofunde o tema, num capítulo que intitula de “*uma nova fase da guerra fria*”, o académico militar norte-americano assinala que a guerra em África foi iniciada com uma certa clivagem



Segundo o académico e estratega dos EUA J.P.Cann

“A MARINHA EM ÁFRICA”

um modelo cuja influência se nota no formato das Marinhas actuais e futuras

entre o governo português de então e as Forças Armadas portuguesas.

Refere ainda que não foi encarada, com clarividência estratégica, pelos responsáveis políticos de então, focando em especial o Presidente do Conselho de Ministros Oliveira Salazar, que tinha uma visão da “defesa do Ultramar” numa busca “pela renovação da grandeza de uma era anterior”, que não se coadunava com os “ventos da mudança” que percorriam a História no pós II Grande Guerra”.

“As Forças Armadas Portuguesas e os seus recursos financeiros foram totalmente empenhados como manifestação final dessa promessa de fazer funcionar o sistema colonial, segundo o conceito de Império que Salazar tinha em mente”, citando as declarações de um oficial superior da Armada, que escreveu um artigo, em 1961, nos Anais do Clube Militar Naval.

Serafim Lobato
14º CFORN

A MARINHA NA GUINÉ, DURANTE A GUERRA COLONIAL: UM RELATO RELEVANTE PARA UMA MISSÃO NÃO MENOS RELEVANTE

John P. Cann, comandante da Marinha dos Estados Unidos, professor auxiliar da Universidade da Virgínia, membro associado da nossa Academia de Marinha, é um investigador de prestígio com provas dadas nos seus trabalhos dedicados à contra-subversão em África e às operações fluviais da marinha portuguesa na Guerra Colonial. O seu estudo “A Marinha em África, Angola, Guiné e Moçambique, Campanhas Fluviais, 1961-1974”, é de uma grande importância e de leitura obrigatória, mesmo tendo uma tradução degradante e uma revisão abaixo de cão, pelo que se sugere uma nova edição expurgada de disparates e gralhas que impedem toda a atenção que as aprofundadas investigações do comandante Cann merecem (“A Marinha em África, Angola, Guiné e Moçambique, Campanhas Fluviais, 1961-1974”, Prefácio, 2009). São escusados quaisquer comentários à sua análise sobre a Guerra Fria e o impacto que ela teve nos movimentos de independência em África. Trata-se de uma apreciação rigorosa e isenta, é credora da nossa atenção mas somos conhecedores de tais factos. Novidade poderá ser, para muitos de nós a reviravolta naval decorrente das missões da Armada nos diferentes teatros de operações e sobretudo na Guiné. O autor dá conta dos procedimentos adoptados noutras guerras de guerrilhas e a adaptação que se procedeu ao nível da Armada portuguesa. Está lá tudo, desde os navios, aos fuzileiros especiais, à reserva naval, a todos os equipamentos que se usaram em África. Depois de apresentar as actividades da Marinha em Angola, o estudo centra-se na Guiné, que o comandante Cann apresenta da seguinte maneira: “Dos três

teatros de operações, a Guiné era o mais complicado e o mais difícil. Era também o mais importante teatro para a Marinha, porque aqui as suas actividades eram vitais não só a nível tático como estratégico. A razão era bem simples. Cerca de 80 % de toda a carga e do pessoal dentro deste teatro movimentava-se por mar ou via fluvial. Somente 18 % passava por terra e cerca de 2 % por via aérea. Nos anos finais da guerra, quando o trânsito por estrada se tornou difícil, cerca de 85 % era por via aquática. O transporte através dos rios e braços-mar era também importante para o PAIGC, e por esta razão o policiamento do tráfego fluvial pela Marinha era tão importante para a tarefa de transporte”. Mais adiante, o autor debruça-se sobre a estratégia militar referindo as diferentes aplicações possíveis para o Exército e para a Armada. Porque os conceitos de ambas as armas foram altamente litigiosos durante todo o conflito: a Armada queria aproveitar-se da morfologia da Guiné e imobilizar o inimigo nas diferentes vias fluviais, travando a progressão do PAIGC dissuadindo a movimentação das suas tropas e populações e destruindo a sua logística; o Exército tendia a favorecer a estratégia tradicional de teatro, usando tropas acantonadas e apoiadas por forças de intervenção e de reacção rápidas. O comandante Cann observa que o PAIGC manifestou sempre uma quase cegueira relativamente à dimensão naval, caso se tivesse apetrechado para uma série ofensiva de guerra de minas, teria com facilidade bloqueado os cursos de água, conduzindo o esforço de guerra ao caos. O empenhamento naval na Guiné aparece minuciosamente descrito neste livro: tipo de embarcações, forças,

patrulhamentos, serviços de manutenção, instalações, rotas principais. Destaca-se o esforço de guerra no Sul, já que o PAIGC contava com o apoio da Guiné Conacri, tendo estabelecido quatro bases principais na zona da fronteira Sul (Kadigné, Boké, Kandiafara, Sansalé). Para combater o inimigo as forças portuguesas lançaram uma ofensiva através de operações como a Tridente, golpes de mão no Rio Camexibó, a operação Hitler, as operações “Via Láctea” (esta na área do Cacheu). O autor dá igualmente um grande destaque à operação “Mar Verde”, soberamente conhecida de todos nós. Nas conclusões, o comandante Cann procede à avaliação do legado da Marinha nas diferentes frentes da Guerra Colonial, reafirmando que a Marinha se adaptou perfeitamente aos novos cenários e soube reflectir sobre as experiências anteriores de guerra na selva. Recorda igualmente que a Marinha devotou um grande esforço à produção de cartas hidrográficas que iam sendo corrigidas e anotadas a partir da experiência e utilizadas como quadro de referência. Foi este conhecimento de campo de batalha que constituiu a chave da sobrevivência e dos sucessos. São lições que tendem a ser esquecidas por todos, menos pelos veteranos do conflito e pelos historiadores. Ora este legado é relevante não só pelas dimensões militares do conflito vivido como para conhecer a adaptação da Marinha aos novos desafios, actuais e futuros. Apesar da tradução e revisão deploráveis, estamos face a um livro importantíssimo que convém saudar e recomendar.

Beja Santos

QUANDO UM RESPONSÁVEL MILITAR ESTRANGEIRO SE CURVA SOBRE OS FEITOS DA ARMADA PORTUGUESA

Mas foi o que aconteceu com o Professor John Cann, o qual, após 15 anos de estudo, continua a classificar o estudo do nosso esforço militar em África como valioso pelas lições que permite extrair, de interesse actual e futuro para outras forças armadas.

O Prof. John Cann doutorou-se no King's College de Londres onde, em 1996, apresentou uma tese sobre aquelas campanhas, que daria origem ao livro publicado no ano seguinte, nos Estados Unidos da América, *Counterinsurgency in Africa: The Portuguese Way of War, 1961-1974*. No seguimento deste trabalho, o Autor aprofundou o conhecimento da acção da Marinha portuguesa, navios e fuzileiros, e editou, em 2007, no seu país, a obra *"Brown Waters of Africa – Portuguese Riverine Warfare, 1961-1974"*. Após tradução pela Prefácio, surgiu o livro agora aqui apresentado. Este académico, antigo oficial aviador da U.S. Navy, foi professor da Marine Corps University, lecciona actualmente na Virgínia University e é membro do International Advisory and Research Council no Potomac Institute for Policy Studies e do Institute for Defense Analyzes.

Os excepcionais méritos académicos do Prof. Cann permitiram a elaboração de um trabalho de invulgar valia, até pela isenção que o caracteriza e, por isso, acontece naturalmente a quase transformação do evento do lançamento do livro numa sentida homenagem. Na verdade, são até duas as homenagens. Uma, ao Autor dos trabalhos de pesquisa, análise e divulgação das campanhas portuguesas em África, de 1961 a 1974, o Senhor Professor John Cann. É um tributo que devemos a tão ilustre investigador, pelo trabalhado árduo, profundo, honesto e inteligente que vem desenvolvendo, visando fazer a história dessas nossas campanhas, um modelo, ainda útil nos dias de hoje, como escreve o Autor, exactamente na última frase do livro, que cito:

"Claramente, o legado da Marinha portuguesa de águas interiores permanece relevante hoje e continua a influenciar o formato das marinhas actuais e futuras". A segunda homenagem salta, espontânea, da alma, sobretudo dos que tiveram a honra de servir em campanha, naquele período, quando lêem o livro *A Marinha em África*. É uma homenagem aos marinheiros que lutaram sobre a terra e sobre o mar e que bem *"cumpriram sem cuidar recompensa"*, como diz a divisa da Associação dos Oficiais da Reserva Naval (AORN). O respeito pela memória dos que tombaram de pé está bem patente em toda a obra do Prof. Cann. O livro *"A Marinha em África"* é uma notável obra que muito contribui para a história da Marinha, mas que tem também a sua história.

De facto, em 1995, pela mão do Senhor General Marques Pinto, o Prof. John Cann foi posto em contacto com este antigo marinheiro de Angola e fuzileiro da Guiné. Conversámos, aproveitando as escassas horas de uma tarde, no gabinete que eu ocupava de Superintendente dos Serviços do Material, até ao limite da sua ida para o aeroporto, de regresso a casa, nos EUA. Falámos de África, da Marinha, dos navios e dos fuzileiros, de Angola e da Guiné. Foi uma enxurrada de palavras e de ideias que o Prof. Cann teve a paciência de ir anotando. Fiquei de lhe mandar mais elementos pelo correio, o que fiz com a ajuda do Comandante do Corpo de Fuzileiros, Cte. Vasco Cunha Brazão.

Mais tarde, em 1997, por ocasião do lançamento em Lisboa do livro *"Counterinsurgency in Africa"*, conversámos, de novo, desta vez num novo gabinete, o do Chefe do Estado-Maior da Armada. E surgiu a ideia – porque não desenvolver a acção da Marinha num livro dedicado? Prometi abrir as portas e gavetas dos arquivos da Marinha e indicar pessoas capazes de darem testemunhos e apoios certos.

O Prof. Cann aceitou o repto e muitas foram as pessoas que o apoiaram e que ele cuidadosa e gentilmente refere no seu "Agradecimento", com especial sublinhado para a AORN.

Foi um trabalho duro, este, do nosso Autor. Duro, persistente e longo, pois foi preciso esperar dez anos, até Outubro de 2007, quando, inesperadamente, recebi uma carta dos EUA acompanhando o livro *"Brown waters of Africa"*. Nela, John Cann dizia: *"I thought that it would never be completed but am proud to say that it now has been"*.

O resto da história é bem conhecido.

O livro, em inglês, foi apresentado neste mesmo lugar, o ano passado, pela palavra do nosso saudoso Presidente Almirante António Sacchetti e, depois, traduzido e editado pela Prefácio. Espero, agora, que da primeira edição para a segunda seja também um curto passo.

Não quero deixar de fazer duas notas. A primeira tem a ver com o notável enquadramento que o Autor faz das nossas campanhas, no ambiente político mundial da época, de plena Guerra Fria, marcado pela estratégia ocidental de "containment" do comunismo no seu espaço de origem. É uma visão ampla, ajudada pelos factos da história de Portugal, escritos também em África. E estes foram bem entendidos pelo Prof. Cann, como prova, ao escrever, por exemplo, e cito, *"Portugal foi a primeira grande potência colonial a chegar a África e a última a deixá-la. Sendo um país pequeno, com escassos recursos, a sua longa permanência no continente africano justifica-se pela criatividade, adaptabilidade e afinidade com os territórios colonizados"*.

Nuno Vieira Matias
Professor convidado do Instituto de Estudos
Políticos da Universidade Católica Portuguesa

O 14º CFORN

O 14º CFORN, de que apresentamos, neste número um breve resumo histórico, foi o primeiro curso realizado no ano de 1969, a exemplo de anos anteriores que foi assinalado pela incorporação de dois cursos de formação de oficiais da Reserva Naval.

O 14º CFORN foi alistado, oficialmente, em 30 de Janeiro de 1969 e incorporou 46 cadetes assim distribuídos por duas únicas classes: 26 cadetes na classe de Marinha e 20 cadetes na classe de Fuzileiros.

A entrada oficial na Escola Naval ocorreu, no entanto, a 11 de Fevereiro desse ano. A 15 de Janeiro, houve exames médicos e testes no então Ministério da Marinha e no dia seguinte provas físicas na Escola Naval.

Os indigitados para a classe de Fuzileiros tiveram de prestar provas de natação na Escola de Fuzileiros, em Vale do Zebro. Aqui, houve algumas surpresas nas capacidades natatórias, e um dos seus cadetes ficou, desde aí, conhecido como o “senhor dos estilos indefinidos”. A sua identificação ainda hoje é “segredo de Estado”.

A 20 de Janeiro, o pessoal dos fuzos ficou a saber que todos estavam apurados. A 3 de Fevereiro, os cadetes fizeram a sua apresentação na 3ª Repartição do respectivo Ministério, e foi-lhes entregue um subsídio de 1.160 escudos para compras com material e fardamento.

Conforme assinalai atrás, a 11 de Fevereiro foi feita a incorporação na Escola Naval.

Este ano, ficou marcado por dois acontecimentos onde a natureza mostrou a sua força destruidora. O curioso é que os dois se deram no mês de Fevereiro.

Assim, a 18, um terrível incêndio destruiu a ala poente do edifício da Ribeira das Naus, onde se encontravam instalados o Instituto Hidrográfico, a Escola Náutica e outros organismos. Nesse local funcionara até 1936 a Escola Naval.

O segundo sucedeu na noite de 28. Toda a região de Lisboa foi abalada por um forte terramoto. Os cadetes da RN, bem

como de carreira da EN, já estavam, na sua maior parte recolhidos nas camaratas. Como felizmente houve cronistas internos deste último acontecimento, há registo de cenas heróicas, de atitudes dignas de gestas medievais. Enfim. Retiro trechos preciosos que, só não estão guardados na Biblioteca Nacional, porque lhe falta o selo real.

Aos primeiros abalos, ouviram-se, pelos corredores da EN, sons que pareciam tropeis, passos em marcha acelerada e desencontrada; portas a abrirem-se e a fecharem-se em avalanches sincronizadas. Cadetes, cujas caras não se puderam identificar, que corriam num sentido, outros noutros. Cadetes que zarparam, em passo altamente cadenciado, em



O Comodoro Lino Paulino Pereira, Comandante da Escola Naval até 13 de Agosto, e o Comodoro Carlos Alberto Teixeira da Silva que o substituiu no cargo.

CLASSE DE MARINHA

António Bernardo Correia do Amaral
Carlos Maria Tavares da Cunha Coutinho
Domingos Manuel Alves Monteiro Dinis
Jaime Saraiva Canto Moreira
João Luís Gomes Durão
José Luís Runa Ferreira
José Maria de Sá Sampaio
José Manuel Gracia da Costa Bual
Manuel Barreto Leitão
Manuel da Silva Magriço
Normando Augusto Veiga Lagoa
Ricardo Luís Blibernicht Rocheta
Victor Manuel Lima Martins Vieira da Ponte
António José Coelho Pelica
António Bento Martins Ferraz
Eduardo Gameiro Gaspar dos Santos

Fernando Alberto Loureiro Antunes Roldão
Bernardo Luís Rebelo da Silva de Oliveira Grilo
Carlos Manuel Martins Brites Moita
Henrique Cerqueira Soares Mendes
Fernando Júlio Viana de Brito Soares
João José Saldanha Cardoso Leitão
Joaquim Manuel Nunes Serra
José Agnelo Venâncio Menino Jesus Machado
José Guerreiro Banza
José Luís Ferreira da Silva Dias
Manuel Jorge Vasques de Oliveira
Napoleão de Oliveira Duarte
Pedro Alves da Costa
Rui Manuel Paquim Simões de Oliveira
Silvério Teixeira Rodrigues

CLASSE DE FUZILEIROS

Alberto Manuel Rodrigues Neves Silveira
António Carlos Silva de Sousa Dias
Eduardo Madureira da Veiga Rica
Francisco Manuel da Ponte Gonçalves Madeira
João António de Sousa Araújo
Luís Augusto de Miranda Correia
Miguel Duarte Ferreira Carmo Soares
Serafim Ivo Gonçalves Lobato
Hélio Tavares Caló
Joaquim Ferreira Januário
Luís Manuel de Lorena Costa Nogueira
José Pedro Pimentel Mesquita e Carmo
Manuel Augusto Cardoso Ferreira
Ricardo Lisboa da Graça Matias



O Director de Instrução, CTEN Pedro Pinto Basto de Sá e Azevedo Coutinho.

direcção às portas de saída, alguns que tentaram sair pelas escadas de incêndio. Foram registados casos de dois cadetes entalados numa porta e não conseguiram sair, teve de ser um terceiro que os empurrou – diz a crónica – “delicadamente, mas caíram ao chão”.

Um cronista mais atrevido guardou, até hoje, o seu escrito, onde apontou que um cadete “caiu numa fenda”.

Mas, a reportagem mais badalada, e que ainda hoje merece a mais sincera homenagem do poder da coragem, é a que descreve, em pormenor, o momento do regresso a uma das camaratas e quando se acende a luz (porque, convém referenciar, a electricidade faltou durante uns largos minutos) e se verifica que um cadete dormia prazenteiramente, com um sorriso de



O cadete Fernando Júlio Viana de Brito Soares, Prémio Reserva Naval.

orelha a orelha. Um seu camarada, mais afoito, mas com receio de que algo de grave tivesse sucedido, foi abanar o cândido risonho. Este, de um salto, estremunhado, inquiriu: “Houve algum problema?”, olhando para as caras de espanto. “Nada especial”, lançaram alguns. “Foi apenas um tremor de terra”. E a resposta: “Curioso, não dei por nada”. Um apontamento que, à distância, nos pode parecer caricato pelo seu valor irrisório de hoje.

O recebimento do nosso primeiro pré, que se deu, precisamente, na véspera do terramoto, a 27 de Fevereiro: **132\$50. Uma fortuna, não é verdade?**

Comandava a Escola Naval o Comodoro Lino Paulino Pereira que, em 13 de Agosto desse ano, foi substituído no cargo pelo Comodoro Carlos Alberto Teixeira da Silva.

Foi Director de Instrução o CTEN Pedro Pinto Basto de Sá e Azevedo Coutinho.

Os cadetes das duas classes, Marinha e Fuzileiros, estiveram juntos na Escola Naval até 28 de Março de 1969. Fizeram exames de Organização Naval (a 26), Marinharia e Navegação Teórica (a 27) e Comunicações e Navegação Prática (a 28). Neste dia entraram em férias e foram deslocados para outros departamentos.

Os fuzileiros deram entrada a 14 de Abril na EF. Além das aulas teóricas, tiveram aulas práticas e treinos físicos diários e prolongados.

Passaram cerca de um mês em exercícios na Serra da Arrábida, dormindo ao relento e 15 dias em exercícios finais em S. Pedro de Muel.

As duas classes voltaram a juntar-se a 25 de Agosto para uma viagem de instrução, que os levou ao arquipélago da Madeira e a, praticamente, todas as ilhas de Cabo Verde. Esta viagem findou a 19 de Setembro.

A 26 de Setembro, fizeram o juramento de bandeira na Escola Naval. No final do período de instrução, o Prémio “Reserva Naval” foi entregue ao cadete da classe de Marinha, Fernando Júlio Viana de Brito Soares. Este prémio destinava-se a

galardoar o aluno com classificação mais elevada no conjunto da frequência escolar e da apreciação de carácter militar.



O 2TEN FZE RN Manuel Cardoso Ferreira (autor da foto), comanda um combóio marítimo de abastecimento ao rio Cacheu

Poucos dias depois, ainda como cadetes, alguns fuzileiros foram imediatamente mobilizados para a Guiné, não chegando a ascender ao posto imediato de aspirante, pois quando chegaram aquela colónia lhe entregaram os galões de subtenente. Alguns desses jovens cadetes fizeram 21 anos em plena guerra.

Durante o ano de 1969, para a prossecução do plano de modernização da Marinha, conjuntamente com a necessidade de reforçar os meios navais empenhados na Guerra do Ultramar, foram aumentados ao efectivo da Armada a fragata “Comandante Sacadura Cabral”, navios-patrolha “Cacine” (este foi o primeiro a ser construído e deu o nome à classe), “Cunene”, “Mandovi” e “Rovuma”, projecto de dez unidades nascido na sequência da anterior classe “Argos”, os submersíveis “Cachalote” e “Delfim”, e a LDG “Bombarda”.

Em 1970, vieram reforçar aquele dispositivo as corvetas “General Pereira d’Eça”, “Jacinto Cândido”, “João Coutinho” e “Augusto Castilho”, os navios-patrolhas “Geba” e “Quanza”, e as LFP’s “Sirius” e “Vega”.

No decorrer do mesmo ano de 1969, foram abatidos ao mesmo efectivo a fragata “D. Fernando”, antiga “Diogo Gomes”, que mudou de nome em 31 de Outubro de 1968, tendo ficado sempre fundeada no Mar da Palha até ao seu abate, em 20 de Abril de 1969; seguiram igualmente o mesmo caminho a canhoneira “Diu”, a lancha de fiscalização “Espadilha” e o submersível “Náutilo”.

De modo idêntico ao ano anterior, em 1970, foram abatidos ao efectivo a fragata “Pacheco Pereira”, o navio hidrográfico “Almirante Schultz” e os navios-patrolha “Madeira”, “Príncipe” e “S. Tomé”.

Em muitas daquelas unidades navais, abatidos ou aumentados ao efectivo, muitos oficiais da Reserva Naval desempenharam ou vieram a desempenhar funções como oficiais das guarnições.

Enquadrando-se na política do Comando-Chefe das Forças Armadas da Guiné, em 21 de Abril de 1969, activou o primeiro Destacamento de Fuzileiros Africanos na Guiné, o DFE 21 que viria a participar, mais tarde, na operação “Mar Verde”.



Da esquerda para a direita: a LFP “Canopus”, a LFG “Lira” e a LFG “Sagitário”, atracadas na ponte-cais em Bissau.

A formação daquele Destacamento decorreu em Bolama num barracão improvisadamente adaptado a coberta, sala de aula, refeitório, etc., e que passou a designar-se como “Centro de Instrução”.

Quatro oficiais RN deste curso, os 2TEN FZ RN António Bento Martins Ferraz, 2TEN FZ RN Joaquim Ferreira Januário, 2TEN FZ RN Eduardo Madureira da Veiga Rica e 2TEN FZ RN Silvério

Teixeira Rodrigues ingressaram nos Quadro Permanente dos Oficiais da Armada na classe de Fuzileiros. O primeiro foi condecorado com a Cruz de Guerra de 4.ª Classe.

Seguiram para comissões muitos dos seus elementos, como Comandantes, oficiais Imediatos de navios, oficiais de guarnição, integrando Companhias e Destacamentos de Fuzileiros ou Unidades e Serviços em terra, tendo sido designados para prestar serviço em África, ou Continente e Ilhas, os seguintes oficiais:

Guiné (19 Oficiais):

2TEN RN Bernardo Luís Rebelo da Silva de Oliveira Grilo na LFG “Lira”, 2TEN RN Carlos Manuel Martins Brites Moita na LFP “Procion”, 2TEN RN Domingos Manuel Alves Monteiro Dinis na LFP “Canopus”, 2TEN RN José Guerreiro Banza na LFP “Arcturus”, 2TEN RN José Manuel Garcia da Costa Bual na LFP “Bellatrix”, 2TEN RN José Luís Ferreira da Silva Dias na LFP “Deneb”, 2TEN RN Victor Manuel Lima Martins Vieira da Ponte no navio-hidrográfico “Pedro Nunes”, 2TEN FZ RN António Carlos Silva de Sousa Dias, 2TEN FZ RN Eduardo Gameiro Gaspar dos Santos e 2TEN FZ Fernando Alberto Loureiro Antunes Roldão na CF 10, 2TEN FZ RN Joaquim Ferreira Januário e 2TEN FZ RN Luís Manuel de Lorena Costa Nogueira na CF 3, 2TEN FZE RN José Pedro Pimentel Mesquita e Carmo e 2TEN FZE RN Miguel Duarte Ferreira Carmo Soares no DFE 3, 2TEN FZ RN



Domingos Monteiro Dinis



Jaime Canto Moreira



José Guerreiro Banza



José Manuel Costa Bual



José Luis Silva Dias



Normando Veiga Lagoa

Manuel Augusto Cardoso Ferreira na CF 10, 2TEN FZ RN Ricardo Lisboa da Graça Matias no DFE 4, 2TEN FZE RN Serafim Ivo Gonçalves Lobato e 2TEN FZE RN Silvério Teixeira Rodrigues no DFE 12. O 2TEN FZE RN Eduardo Madureira da Veiga Ricca foi destacado para a Guiné, logo a seguir a finalizar o curso, integrado como quarto oficial do DFE 21; cerca de seis meses depois foi evacuado devido a um acidente em serviço.

Cabo Verde (4 Oficiais):

2TEN RN Joaquim Manuel Nunes Serra, 2TEN RN Normando Augusto Veiga Lagoa na LF “Dom Aleixo”, 2TEN RN Manuel da Silva Magriço no Comando Naval de Cabo Verde e 2TEN FZ RN João António de Sousa Araújo no Pelotão n.º 2 de Fuzileiros.

Angola (7 Oficiais):

2TEN RN Jaime Saraiva Canto Moreira no navio-hidrográfico “Carvalho Araújo”, 2TEN RN João Luís Gomes Durão no navio-patrolha “Rovuma”, 2TEN RN José Luís Runa Ferreira no Comando Naval de Angola, 2TEN FZE RN Alberto Manuel Rodrigues Neves Silveira, 2TEN FZE RN António José Coelho Pelica no DFE 1, 2TEN FZ RN Francisco Manuel da Ponte Gonçalves Madeira na CF 4 e 2TEN FZ RN Luís Augusto de Miranda Correia na CF 6.

Moçambique (4 Oficiais):

2TEN RN José Agnelo Venâncio Menino Jesus Machado no Comando de Defesa Marítima dos Portos do Lago Niassa, 2TEN RN Napoleão de Oliveira Duarte no Comando Naval de Moçambique, 2TEN FZE RN António Bento, Martins Ferraz e 2TEN FZE RN Hélio Tavares Caló no DFE 11.



A LFP “Canopus” na escolta a um comboio no rio Cacheu (foto cedida pelo 2TEN RN Henrique Oliveira Pires).



Desfile da Companhia de Fuzileiros 3, junto ao Palácio do Governador, em Bissau, no decorrer de uma cerimónia de imposição de condecorações.

Continente, Ilhas e Outras Unidades (11 Oficiais):

2TEN RN António Bernardo Correia do Amaral na LF “Dourada”, 2TEN RN Carlos Maria Tavares da Cunha Coutinho, 2TEN RN Fernando Júlio Viana de Brito Soares no Estado-Maior da Armada, 2TEN RN Henrique Cerqueira

Soares Mendes na Fragata “Pêro Escobar”, 2TEN RN João José Saldanha Cardoso Leitão no navio-patrolha “Santa Luzia”, 2TEN RN José Maria de Sá Sampaio no Agrupamento N.º 2 de Dragaminas, 2TEN RN Manuel Barreto Leitão no Grupo N.º 1 de Escolas da Armada, 2TEN RN Manuel Jorge Vasques de Oliveira no Instituto Hidrográfico, 2TEN RN Pedro Alves da Costa no navio dragaminas “S. Roque”, 2TEN RN Ricardo Luís Bliebernicht Rocheta no navio dragaminas “Ribeira Grande” e o 2TEN RN Rui Manuel Paquim Simões de Oliveira no navio-patrolha “Maio”.

Este artigo foi acrescentado por Serafim Lobato, do 14º CFORN, com extractos de texto compilado a partir no blogue de Manuel Lema Santos, <http://www.reservanaval.blogspot.com>



A corveta “João Coutinho”.

Fotos deste artigo cedidas pelo Arquivo de Marinha, pelo 2TEN RN Henrique Oliveira Pires e pelo 2TEN FZE RN Serafim Lobato.

14º CFORN FUZILEIROS: TODOS OS ANOS FAZEMOS FORMATURA



O curso de fuzileiros no seu primeiro dia de chegada à EF, junto à tabanca (em pré-fabricado) que lhes serviu de camarata.

O 14º CFORN dividiu-se logo após os meses de instrução na Escola Naval e, na prática, nunca mais se encontrou, a não ser por ocasião do seu 25º aniversário, que foi convocado, então, pelo director da Escola Naval para uma comemoração do evento.

Mas, os alistados fuzileiros, esses, têm-se mantido em contactos anuais, quase permanentes.

De certa maneira, fomos os únicos membros da Reserva Naval, como grupo coeso,

que mantivemos a salutar forma de camaradagem de nos reunirmos, periodicamente, após a saída da Marinha de Guerra (na realidade, houve dois camaradas que permaneceram nas fileiras, sendo que apenas um esteve na Armada até ao final da sua carreira).

Éramos 20, em 1969, e conseguimos juntar, num dos encontros 19, porque o vigésimo, que emigrou para o Brasil, nunca soubemos onde o encontrar, apesar de muitas tentativas. Até que, há meia dúzia de anos, um dos nossos, através de contactos

diplomáticos, veio a saber que o Martins Ferraz, assim se chamava, tinha falecido algures na região de São Paulo.

Neste momento, estão vivos 18, já que um deles, aqui há anos, teve de ser abatido ao serviço, devido a uma morte súbita. Esse era habitual dos encontros: Neves Silveira.

Uns são fidelíssimos aos encontros, outros, por vezes, não podem estar presentes nas datas indicadas. Às convocatórias oficiais, formais, apresentam-se, sempre, mas sempre, 15. E digo, oficiais, porque temos encontros semi-oficiais e, por vezes, apenas um simples telefonema juntamos para comer uma lamprejada.

Temos efectuado as reuniões em diferentes zonas do país, em especial no Minho, onde se acoitam alguns dos mais “cavilosos” IN cadetes. Até já fizemos um ousado golpe de mão até à Galiza, ali para a região de Pontevedra, para depois “recuperar” numa copiosa sessão gastronómica de marisco.

Um grupo numeroso aventurou-se, em 2003, a um reconfortante passeio de saúde de oito dias pelas matas, bolanhas e quartéis da Guiné. Do Cacheu e Teixeira Pinto até Buba, de Bafatá até São



Cadetes do curso de FZ, após a refeição do almoço, em merecido descanso.

Domingos, com andanças por Bambadica, Mansoa, Nova Lamego, Jumbembem, Farim, Bigene, Ganturé, Barro, Ingoré, Bula, Bissum e Bissau, entre outros locais.

E foi, precisamente, num desses encontros anuais, que o ano passado, comemoramos o 40º aniversário do nosso alistamento, que foi, aliás, o primeiro de 1969. E, para marcar esta data, procuramos dar-lhe uma certa solenidade (sempre são 40 anos...) e decidimos **innovar** o encontro. Fizemos um convite a todos os oficiais, que fizeram a sua instrução de fuzileiros, bem como ao director de instrução, que então foi o primeiro-tenente Costa Pecorelli, hoje CMG na reforma. O comandante Pecorelli respondeu prontamente. Dos então oficiais instruendos estiveram presentes os então segundos-tenentes Costa Ruas e Teles Ribeiro e o então primeiro-tenente Pereira da Cruz. Havia mais dois primeiros-tenentes: Silva Dias e Eça Soares. O primeiro não se encontrava em Portugal na altura e Eça Soares faleceu há anos. Havia um terceiro segundo-tenente, este fuzileiro, que estava a tirar o curso de especial: Mendes da Silva, que não conseguimos contactar.

Convidámos ainda um jovem cadete Pato Góis, do segundo alistamento de 1969, que esteve no destacamento comandado pelo



Cadetes FZ em preparação para entrada numa viatura para seguir para exercícios nocturnos de campo.

tenente Silva Dias e foi render o então imediato Teles Ribeiro, que sofreu um acidente em Ganturé e teve de ser evacuado.

Fizemos um convite ao antigo comandante da Escola de Fuzileiros e ex-segundo comandante do Corpos de Fuzileiros capitão de mar-e-guerra Pires Carmona para nos servir de cicerone e explicador das novas situações vivenciais dos fuzileiros. E fizemos questão de dividir esta comemoração por duas instituições. Assim, almoçamos na nossa Escola-Mãe, a EF, e jantamos no restaurante da Associação de Fuzileiros, que se prontificou a nos receber com todo o esmero.

*Serafim Lobato
14º CFORN*



Alguns oficiais FZ do 14º curso na Guiné, nas instalações do INAB, altas horas da noite após uma sortida nocturna pelo Cupilão.

Fotos deste artigo cedidas pelo 2TEN FZE RN Serafim Lobato.



Cadetes do 14º curso FZ na pista de lodo da EF.

CERIMÓNIA DO 10 DE JUNHO DE 2010



Realizou-se este ano mais um Encontro Nacional de Combatentes, que teve lugar a 10 de Junho, cujo presidente da Comissão Executiva foi o antigo Chefe do Estado-Maior da Armada Almirante Vidal Abreu.

A AORN fez-se representar no Encontro Nacional de Combatentes do passado dia 10 de Junho de 2010, pelo seu Presidente da Direcção, Joaquim Moreira e pelo 1º Vogal da Direcção, José Ruivo.

A cerimónia, que contou com elevado número de participantes, teve início às 10:15 horas, com uma missa celebrada pelo Reverendo Cónego José Manuel dos Santos Ferreira, na Igreja de Santa Maria de Belém (Mosteiro dos Jerónimos).

Seguiu-se, às 11:30 horas, o cerimonial junto do Monumento aos Combatentes, durante o qual foi homenageado o Comandante Oliveira e Carmo, que morreu em combate na defesa de Goa, aquando da invasão pela União Indiana.

O Presidente da Direcção da AORN procedeu à deposição de uma coroa de flores em memória dos oficiais da Reserva Naval falecidos, entre os quais se salienta o nosso camarada António Piteira, morto em combate no Leste de Angola (Chilombo), e cujo nome se encontra inscrito no Monumento.

Durante esta cerimónia, além da intervenção oficial a cargo do Presidente da Comissão das Comemorações, Almirante Vidal Abreu, o Almirante Pires Neves proferiu uma alocução na qualidade de aluno do Curso Comandante Oliveira e Carmo, no ano seguinte ao da sua morte.

A viúva do Comandante Oliveira e Carmo, Srª D. Maria do Carmo Oliveira e Carmo, acompanhada de sua família, falou do homem e dos seus valores enquanto filho, pai e marido.

Porque referem princípios e valores que devemos preservar e incentivar, divulgamos os três discursos.

INTERVENÇÃO DO ALMIRANTE VIDAL ABREU



Almirante Rui Vidal Abreu

COMBATENTES

COMBATENTES DE ONTEM, DE HOJE E DE AMANHÃ

Portugal continua e continuará sempre a precisar de vós. Quem, um dia, jurou perante o estandarte nacional, servir a Pátria, mesmo com sacrifício da própria vida, certamente está disponível para de novo lutar por um Portugal melhor. Não com armas na mão, porque não é disso que se trata. Mas com o mesmo espírito de dádiva e entrega, lutando por princípios e valores que tornem a nossa sociedade melhor e mais digna, para que tenhamos orgulho na herança que deixamos aos nossos filhos e netos.

COMBATENTES

Pelo 17º ano consecutivo, num verdadeiro exercício de cidadania, encontramos-nos junto a este monumento para comemorar o Dia de Portugal. Porque a forma mais nobre de o fazer será homenagear todos quantos, ao longo da nossa história, chamados um dia a Servir Portugal, tombaram no campo da honra, em qualquer época ou ponto do globo. E não se julgue que estes sacrifícios terminaram. Já se combateu para alargar fronteiras, já se combateu para manter fronteiras, hoje combate-se para defender princípios civilizacionais, para garantir a liberdade. Por isso estas homenagens fazem sentido e devem continuar a ser feitas. Homenagear os combatentes no Dia de Portugal é mostrar que temos orgulho na nossa História e em sermos portugueses.

Mas nesta homenagem não esquecemos também os deficientes das Forças Armadas, nem todos os que dão o seu melhor pela causa dos combatentes. Aqui fica pois uma palavra de agradecimento e estímulo não só à Liga dos Combatentes, mas também a todas as Associações de Combatentes, sem o apoio das quais esta cerimónia não seria possível.

COMBATENTES

A melhor forma de honrar todos os que deram a vida por Portugal é meditar junto a este sublime monumento se os nossos actos, em cada dia que passa, são dignos do sacrifício que todos os que têm os seus nomes inscritos nestas lápides, frente a vós, um dia fizeram, por Portugal. E que melhor lugar para esta meditação que este, frente à “Chama da Pátria”, que nunca deixaremos apagar, com o mar como respaldo, esse mar de tantas glórias, de tantos sacrifícios, que já foi futuro e **que tem que voltar a ser futuro.**

COMBATENTES

Porque a memória dos mais velhos é traiçoeira e os mais novos ainda têm pouco em memória, decidimos de novo, este ano, homenagear todos os que tombaram pela Pátria, através de um deles, um português maior, um homem com H grande, cujo exemplo de conduta, de valores e de virtudes não devemos esquecer e manter como referência – o Senhor Comandante Jorge Manuel Catalão de Oliveira e Carmo, morto em combate em 18 de Dezembro de 1961, nos mares de Diu, então Índia Portuguesa.

Um texto descritivo da sua acção em combate será lido por um oficial que entrou para a Escola Naval menos de um ano depois, em 1962, e teve este herói nacional como patrono de curso. Convidamos-vos a ouvir este texto no maior silêncio e com o maior respeito. Vão descobrir nele o Portugal nobre, que dá valor à honra e à verdade, corajoso, e que continua a existir, por muito que nos custe a acreditar. Cabe a nós fazê-lo despertar, para que não mais se tenha vergonha de falar em Pátria ou em Patriotismo. **Basta quebrar o silêncio dos bons. Basta lembrarmo-nos de que somos perto de um milhão.** E acreditaremos que esta tarefa é possível.



COMBATENTES

Todos nós, quando estávamos em missão, tínhamos sempre alguém que nunca nos esquecia e que também sofria, embora de forma diferente, a nossa decisão de **ter aceite ser combatente**. A nossa família, mas muito particularmente as nossas mães e as nossas mulheres, no seu silêncio, sempre de forma discreta, viviam sofridamente, certamente com enorme angústia, o dia-a-dia dos seus filhos ou maridos. E sempre o fizeram e continuarão a fazer porque sabem e sentem que a família é um dos pilares essenciais de uma sociedade de princípios e valores.

Por isso, também hoje e aqui, **queremos homenagear a Mãe e a Mulher do combatente**, fontes da sua força, referências para a sua acção e importantes pilares da família militar, tão esquecida, tão ignorada, por uma teimosa recusa em aceitar o seu importante papel. Ela constitui parte do segredo da estabilidade emocional necessária ao combatente. Ela é a segurança dos vivos, o imprescindível apoio dos que ficaram deficientes, a única alternativa para cuidar dos filhos dos que, em missão, antes do tempo já nos deixaram.

Esta homenagem à Mãe e Mulher do combatente, neste dia de Portugal de 2010, será feita através da presença nesta cerimónia da Senhora Dona Maria do Carmo de Oliveira e Carmo, viúva do Senhor Comandante Oliveira e Carmo, que hoje homenageamos, e que vos vai falar. Oíçam as suas palavras. Meditem nelas e no seu significado. É que as mães e mulheres dos combatentes, pelo papel essencial e insubstituível que desempenham na construção e equilíbrio da família, também muito podem fazer por **um Portugal melhor**, que fale verdade, **um Portugal de princípios**, e de dignidade, **um Portugal de esperança**, de valores, de ética, e de que todos nos possamos orgulhar. Por isso, também é tão importante contarmos convosco.

COMBATENTES DE ONTEM, DE HOJE E DE AMANHÃ

Termino como comecei. A vossa missão não acabou. Portugal continua e continuará sempre a precisar de vós. Saibamos honrar os que se sacrificaram por Portugal.

VIVA PORTUGAL

Lisboa, 10 de Junho de 2010

INTERVENÇÃO DA SENHORA D. MARIA DO CARMO OLIVEIRA E CARMO



Sr.ª D.ª Maria do Carmo Oliveira e Carmo

Esta foi a narrativa breve de um acto de sacrifício e coragem de um português que morreu, conscientemente, pelos seus valores.

Um homem que, além de fiel aos valores transcendentais que justificam desde tempos imemoriais “morrer pela pátria”, era também filho, pai e marido.

É nesta perspectiva que quero aqui, com a memória da minha história, dirigir-me às Famílias, sobretudo às Mães e Mulheres, que como eu, vêem a vida bruscamente, brutal e definitivamente mudada.

Somos as mulheres e as famílias, dos que servem e serviram o país pelas armas; as que temos que viver uma angústia diária, silenciosa e discreta quando eles partem para missões de risco. Eles contam connosco, pensam em nós, e também servem por nós.

Foi o exemplo de fidelidade e coerência aos valores espirituais, vividos até ao limite da vida, a grande Herança que a nossa família, aqui presente, recebeu de um desses homens. Uma herança que só faz sentido porque são os valores espirituais que fazem a diferença e a dignidade dos homens;

No caminho ao longo da vida a nossa família tem: acreditado nos valores espirituais, tido uma experiência difícil e duradoura, e partilhado tranquilamente um sacrifício muito nosso e muito rico.

E, porque acreditamos no futuro destes valores sabemos que feitos como o do Jorge Oliveira e Carmo orgulham todos os portugueses, e já fazem parte das páginas que honram a História de Portugal.

É esta nossa herança que queremos – a minha Família e eu aqui presentes – oferecer hoje à Nação, neste dia de Portugal, partilhando-a com todos os nossos compatriotas, especialmente com todas as Mulheres Portuguesas.

Que Deus nos abençoe a todos.

INTERVENÇÃO DO ALMIRANTE PIRES NEVES



Almirante João Pires Neves

O ÚLTIMO COMBATE DA “VEGA”

A lancha “Vega”, comandada pelo Segundo-Tenente Jorge Manuel Catalão de Oliveira e Carmo, tinha oito homens de guarnição, 17 metros de comprimento, deslocava 18 toneladas e estava armada com uma simples metralhadora de 20 mm.

Naquele 17 de Dezembro de 1961, na Índia Portuguesa, aguardava-se o ataque da União Indiana a Diu. A “Vega” saiu do porto e fundeou em Nagoá, pelas dez da noite. Pela uma hora e quarenta minutos da madrugada de 18, ouviram-se disparos em terra. O Comandante Oliveira e Carmo ordenou à sua guarnição que ocupasse postos de combate e a lancha levantou ferro.

O radar, posicionado na escala das vinte e quatro milhas, revelou um grande navio navegando em ocultação de luzes, a uma distância de cerca de doze milhas da costa. Oliveira e Carmo reduziu a velocidade e a “Vega” aproximou-se da lancha “Folque” também ela em missão de soberania nas águas de Diu.

O navio desconhecido – provavelmente hostil – continuava a sua rota, estando agora apenas a milha e meia de distância da “Vega”, que por ordem do comandante navegava na sua direcção.

Entretanto a “Vega” abordara a “Folque” e a sua guarnição embarcara no navio de Oliveira e Carmo, sendo depois a “Folque” abandonada e inutilizada.

O navio inimigo – identificado como um cruzador – abriu então fogo de metralhadora pesada, o que levou a “Vega” a rumar em direcção a Diu e a fundear junto da Fortaleza, onde desembarcou a guarnição da “Folque” e mais dois elementos da “Vega”, estes com missões específicas.

Às seis e quinze da manhã Oliveira e Carmo suspendeu ferro e dirigiu-se novamente ao navio intruso, agora a duas milhas de distância; era realmente um cruzador com a bandeira de combate já bem visível no mastro e a bandeira da União Indiana içada a ré.

O choque estava por pouco. O Comandante ordenou que se voltasse ao fundeadouro inicial e fardou-se de branco na pequena câmara, preparando-se para, segundo ele, lutar e morrer com mais honra, conforme as tradições da Marinha de Guerra.

Eram sete horas. Jactos inimigos bombardeavam a cidade e a fortaleza, num rádio portátil ouvia-se o programa Alvorada Musical. Mas logo a seguir a Emissora de Goa calou-se.

O Comandante leu à pequena guarnição uma mensagem do Estado-Maior da Armada, ordenando a resistência e o combate até ao limite.



Da esquerda para a direita: Sanches de Baêna, Rodrigues de Castro, Pires de Moura, José Ruivo e Calado Capela.

Oliveira e Carmo fechou a leitura deste comunicado com estas suas palavras: *“Rapazes sei que vocês vão cumprir, assim como eu... E que mais vós quereis! Acabarmos numa batalha aero-naval. Fizemos parte da defesa de Diu e da Pátria e vamos cumprir até ao último homem e à última bala se possível”*.

Despediram-se, beijaram os retratos da família, que guardaram nos bolsos do uniforme. Às sete e trinta voltaram dois jactos indianos a atacar a fortaleza. *“Fogo nesse, Ferreira, dá-lhe!”*, ordenou o comandante ao marinheiro artilheiro.

Começara a desigual batalha, com a peça de 20 mm procurando e respondendo, incessante, ao fogo dos aviões. Até que uma rajada varreu a “Vega” de estibordo

a bombordo e matou o marinheiro artilheiro António Ferreira que recarregava a metralhadora; e cortou a meio, pelas pernas, o comandante Oliveira e Carmo.

Entretanto, um incêndio deflagrara na casa das máquinas e rapidamente se estendera à ponte e a pequena lancha, a arder, com os motores avariados pelo fogo inimigo, teve que ser abandonada. Agonizante, o Comandante beijou o retrato da mulher e do filho. Os sobreviventes tentaram arrear o bote, levando com eles os feridos.

Novo ataque dos aviões: desta vez, a rajada atingiu Oliveira e Carmo no peito e matou-o. O grumete-artilheiro Ramos foi ferido na perna esquerda e o marinheiro-telegrafista Costa no ombro e nas costas; o marinheiro-artilheiro Aníbal Jardim, viu a perna esquerda cortada pela canela e os outros três marinheiros incólumes trataram de socorrer os seus camaradas feridos, empurrando-os para uma balsa, pois o escaler de bordo, furado pelos disparos do inimigo, estava a afundar-se.

À deriva, enquanto rebentavam as munições, com estrondo, lançando colunas de fumo para o ar, afastando-se e deixando a água entrar a rodos, a “Vega” sumiu-se nas águas do Índico, e com ela os corpos sem vida de Oliveira e Carmo e do marinheiro artilheiro António Ferreira. Muito ferido, o marinheiro Aníbal Jardim também não sobreviveu, chegando a terra já cadáver.

Os outros cinco elementos da guarnição conseguiram salvar-se ajudando-se uns aos outros, dois seriamente feridos e três ilesos, depois de sete horas no mar, a nadar.

Segundo os indianos, o fogo da “Vega”, atingira três aviões, sem que fossem apurados os danos causados, neste que foi último combate da marinha de guerra portuguesa no Oriente.

Assim morreu Oliveira e Carmo, um herói, um herói entre outros que sempre souberam e saberão enaltecer e honrar o bom nome de Portugal.



HOMENAGEM AO STEN FZ RN ANTÓNIO PITEIRA

ESCOLA DE FUZILEIROS



No dia 18 de Dezembro de 2009 teve lugar, na Escola de Fuzileiros, em Vale de Zebro, uma singela mas significativa homenagem ao camarada da Reserva Naval António Bernardino Apolónio Piteira, pertencente ao 18º CFORN.

O STEN FZ RN António Piteira morreu em combate em 3 de Junho de 1973, no Leste de Angola, Chilombo, vítima de uma emboscada inimiga, quando comandava uma coluna logística de viaturas no trajecto Chilombo – Lumbala.

A homenagem consistiu na atribuição do nome do Tenente Piteira à rua que liga a Parada da Escola de Fuzileiros – à qual foi recentemente atribuído o nome do Almirante Roboredo e Silva – à Messe de Oficiais.

A cerimónia foi presidida pelo 2º Comandante do Corpo de Fuzileiros, CMG FZ Oliveira Monteiro, em representação do Comandante do Corpo de Fuzileiros, contando também com a presença do Comandante da Escola de Fuzileiros, CMG FZ Ferreira de Campos.

Em representação da AORN estiveram presentes o Presidente da Direcção, Joaquim Oliveira Moreira do 25º CFORN e o vogal da Direcção José António Ruivo do 21º CFORN.

Participaram ainda alguns elementos da Companhia de Fuzileiros nº 1, Unidade à qual o camarada Piteira pertencia, e um casal amigo de infância.



Escola de Fuzileiros – Rua STEN FZ RN António Piteira.



CMG FZ Ferreira de Campos, o casal amigo de infância do Piteira e CMG FZ Oliveira Monteiro.



CMG FZ Oliveira Monteiro, José Ruivo, Joaquim Moreira e CMG FZ Ferreira de Campos.



Antigos elementos da CF 1 junto à Placa toponímica na rua de acesso à messe de oficiais.

A RESERVA NAVAL E A GUERRA EM ÁFRICA

A 4 de Fevereiro do próximo ano, irá passar uma efeméride, 50º aniversário, que, oficialmente, se instituiu como o início da guerra do Ultramar, colonial e de África, que, embora, do ponto de vista ideológico, possam sugerir semânticas diferentes, em História, representam, exactamente, o mesmo acontecimento.

Entre 1961 e 1974, ocorreu a maior mobilização militar de toda a História portuguesa, incluindo a fase inicial da sua expansão extra-europeia (séculos XIV, XV e XVI), que envolveu, entre os que estiveram directamente nos Territórios Operacionais, em zona de combate ou não, e os que serviram no Continente Europeu, – cerca de um milhão de portugueses –, que foram soldados ou marinheiros, e que, em percentagem muito elevada, prestaram o seu serviço militar (como voluntários ou obrigatório) por um período total de quatro anos, entre a recruta e a entrada na disponibilidade.

Devem incluir-se neste número todos os outros que, sendo de carreira, cumpriam as comissões, segundo estatutos formais ou oficiais, de acordo com as disposições dos respectivos ramos, e que foram em número elevado.

A institucionalização da Reserva Naval, nos moldes que agora relembramos, foi pensada e orientada, precisamente, numa previsão da emergência de um conflito nos então territórios ultramarinos, tendo justamente em atenção as necessidades da Armada de um número maior de oficiais subalternos, com mais experiência cultural e profissional para enfrentar as complexas e mais específicas missões que os navios e missões em terra teriam de ser abarcadas pela Marinha de Guerra portuguesa.

No entanto, convém frisar, e isto apenas como **mera curiosidade histórica** que a Reserva Naval esteve para nascer mais de uma década antes da sua criação efectiva. Precisamente em 1944.

Não surgiu, então, porque os responsáveis do Ministério da Guerra, em particular o Estado-Maior do Exército, se opuseram, sustentando que “um corpo de complemento” da oficialagem naval para ser “aceitável”, para o citado Ministério, e isto, para perseguir o “objectivo indicado” pela Armada portuguesa, teria de seguir *os ditames preferidos por aquele departamento governamental*.

Embora neutral no teatro de guerra europeu, iniciado em 1939, o governo português do Estado Novo estava preocupado com a perspectiva de poder entrar no conflito, ao lado de um dos blocos que estavam em confronto. E essa preocupação reflectia-se na falta de preparação das suas tropas para o caso de isso suceder, em especial na insuficiência de quadros intermédios para manter a “máquina guerreira”.

Pelo que se retira da documentação consultada, a nível de governo debita-se legislação, já em Novembro de 1942, para



1º Curso Especial de Oficiais da Reserva Naval (1958), com o Director e 1º Comandante, Comodoro Manuel Maria Sarmiento Rodrigues e o Director de Instrução, 1º Tenente Artur Manuel Coral Costa



A LFP "Bellatrix" na Guiné, tendo sido seu primeiro comandante o 2TEN RN Fernando Manuel da Silva Ferreira (3º CEORN)

pôr em marcha a "preparação" de oficiais da Reserva Naval. E, é baseada nessa legislação que dois anos depois se prepara a institucionalização de um quadro de complemento de oficiais para a Marinha de Guerra portuguesa.

Assim em 1944, na sua primeira metade, existe uma sintonia entre o Estado-Maior da Armada e o Ministério da Marinha, então liderado pelo comandante Ortins de Bettencourt para criar a Reserva Naval, sendo elaborado mesmo em Maio de 1944 um projecto de Decreto-Lei.

Nessa altura, o gabinete do Ministro da Marinha remete o projecto para o colocar "à consideração" do Subsecretário de Estado da Guerra – na época o Ministro nominal daquela pasta era o Presidente do Conselho Oliveira Salazar, mas o governante executivo era o coronel Santos Costa, que ocupava o cargo de Subsecretário daquele departamento – com o pedido de fazer as observações "que entender".

A resposta do Ministério da Guerra surge logo cinco dias depois, através de um "parecer" que colocou de lado as pretensões de criação da RN nessa época.

Com a reorganização dos estudos da Escola Naval, iniciados em 1955 e implantados, realmente, em 1957, também se deu início à estruturação dos quadros de complementos de oficiais, com a criação,

formal, nesse mesmo ano da Reserva Naval. **A questão colonial estava então na ordem do dia internacional.**

Por detrás, da sua criação estavam, no entanto, os mesmos problemas dos anos 40:



A LFP "Canopus" na Guiné, tendo sido seu primeiro comandante o 2TEN RN Joaquim Madeira Terenas (3º CEORN)

a insuficiência da existência de oficiais subalternos de carreira, maior sofisticação tecnológica na logística e o espectro da possibilidade de "emergência ou de estado de guerra".

Oficialmente, a Reserva Naval "nasce" em 26 de Novembro de 1957, quando é aprovado o decreto-lei nº 41.399, que enquadrava as bases reorganizativas de todas as reservas ligadas à Marinha, em pessoal e material.

Este documento estipula os diferentes tipos de quadros das das Reservas, especificamente, a Reserva da Armada (RA), a Reserva Naval (RN), a Reserva Marítima (RM) e a Reserva Legionária (RL). Outros documentos legais posteriores precisam o que vieram a ser os Cursos Especiais de Oficiais da Reserva Naval, os planos de cursos, a suas durações e enquadramento de permanência nos postos, bem como as bases culturais de recrutamento.

O 1º CEORN teve início em 1958, precisamente a 11 de Agosto, com 20 cadetes (Marinha, Médicos Navais, Engenheiros Maquinistas Navais e Administração Naval) e uma duração de 26 semanas.

Foi do 3º CEORN (1960/61), que foram mobilizados para o Ultramar os primeiros oficiais da Reserva Naval.

Com a abertura da frente de combate em Angola, a 4 de Fevereiro de 1961, na Armada verificou-se a premência do controlo e actuação em águas interiores.

Assim, em Setembro desse ano foram feitas as seguintes nomeações: Aspirante a oficial da RN Armando Fernandes Peres destacado para comandar a Lancha de Fiscalização Pequena (LFP) Deneb (Guiné); Aspirante a oficial da RN Alberto Luís Guerra Neves Cordeiro,



A LFP "Deneb" na Guiné, tendo sido seu primeiro comandante o 2TEN RN Armando Fernandes Peres (3º CEORN)

destacado para o comando da LFP Fomalhaut (Zaire-Angola); Aspirante a oficial da RN Joaquim Madeira Terrenas, destacado para o comando da LFP Canopus (Guiné); Aspirante a oficial da RN Rui Horácio Silva Pires para o comando da LFP Espiga (Zaire-Angola); Aspirante a oficial da RN Pedro Miguel Norton dos Reis, comando da LFP Pollux (Zaire-Angola); Aspirante a oficial da RN Fernando Manuel da Silva Ferreira, comando da LFP Bellatrix (Guiné).

Foi, também, a partir desse 3º CEORN, que – para a sua maioria – o período de **cumprimento do serviço militar passou de 12 meses para 24 meses.**



João Pedro Gião Toscano Rico (4º CEORN)

No CEORN seguinte, o 4º, foi alistado, pela primeira vez, um grupo de cadetes da classe de Fuzileiros Navais, classe esta que fora criada por portaria com o nº 18.193, de 12 de Abril de 1961.



A LFP "Fomalhaut" em Angola, tendo sido seu primeiro comandante o 2TEN RN Alberto Luís Guerra Neves Cordeiro (3º CEORN)

O 4º CEORN teve início a 6 de Outubro daquele ano.

A existência da classe de fuzileiros da RN estava ligada à necessidade crescente da Marinha de enquadrar a sua missão de controlo das águas ribeirinhas nas províncias ultramarinas.

Em TO em África encontravam-se os Destacamentos Especiais de Fuzileiros

nº 1 e nº 2, cujo corpo de oficiais eram, nesta altura, exclusivamente de carreira. Todavia, o DFE nº 3 e as Companhias nº 1 e nº 3 tiveram na sua estrutura de oficiais membros da RN, provenientes do 4º CEORN. E os DFE nº 1 e nº 2, que actuavam em Angola, foram reforçados depois com oficiais provenientes daquele curso.

Será justo referenciar esses primeiros oficiais fuzileiros: Brito e Cunha, Humberto Santana, Pais e Silva e Cardoso Moniz. Com será justo destacar o reforço desse mesmo curso para as unidades já existentes na pessoa de Toscano Rico, que, embora pertencente à classe de Marinha, foi o primeiro oficial RN a obter a especialização em Fuzileiro Especial.

A partir de então a classe de fuzileiros teve um papel crescente na actuação das

unidades de fuzileiros – especiais e navais – que desempenharam missões em África.

Aliás, foi um oficial fuzileiro da Reserva Naval, do 18º curso, António Bernardino Apolónio Piteira, o único oficial da Marinha de Guerra portuguesa a cair em combate durante todo o período em que decorreu a guerra em África (1961/74-75).

Piteira morreu vítima de uma emboscada na picada que ligava o Chilombo à Lumbala, na bacia do Zambeze, na região leste de Angola. A emboscada e a sua morte deu-se, precisamente, a 3 de Junho de 1973, quando o jovem oficial, que pertencia à Companhia nº 1, comandava uma coluna logística de viaturas.

(Foram, aliás, oficiais fuzileiros provinidos da RN, que, mais tarde, se incorporaram no classe de carreira de FZ, entretanto, criada, que serviram nos anos subsequentes à guerra, e já em democracia, durante décadas, como “ossatura” de comando a vários níveis do Corpo de Fuzileiros. Hoje, a Marinha, a par de oficiais fuzileiros de complemento, já conta com oficiais fuzileiros com o curso da Escola Naval e um comando institucionalizado no citado Corpo, encimado por um oficial-general).

O desenvolvimento da guerra em África teve a sua interligação com a necessidade crescente de mais quadros, de mais homens. E a Reserva Naval contribuiu, em grande medida, com a sua participação activa na guerra de contra-guerrilha nas três frentes da Guiné, Angola e Moçambique.

Até 1966, apenas existiu um curso de cadetes da Reserva Naval – ou seja uma incorporação anual. Com um quantitativo também crescente, que atingiu o seu máximo no 9º CFORN.



A LFP “Pollux” em Angola, tendo sido seu primeiro comandante o 2TEN RN Pedro Miguel Norton dos Reis (3º CEORN)

(Uma explicação para a mudança de CEORN para CFORN: Em Maio de 1966, através de uma portaria, o governo junta num único diploma as disposições aplicáveis aos Oficiais dos Quadros de Complemento, até então dispersas. No que diz respeito à RN, esse diploma altera a designação usada para CFORN, Curso de Formação de Oficiais da Reserva Naval, criando a classe de Técnicos Especialistas).

Então, a partir de 1967, começam a existir duas incorporações anuais para a Reserva Naval. Um começava em Fevereiro (caso do 10º), o outro em Setembro (11º).

Então, pela primeira vez, o contingente anual da RN ultrapassava a centena. E, entre 1968 e 1974, “religiosamente”,

efectuaram-se, assim, dois CFORN, com uma incorporação crescente de cadetes. (Em 1973, com o 22º e o 23º CFORN, e no ano seguinte com o 24º e o 25º, reporta-se que se atingiu o máximo de alistados na Reserva: 181 elementos).

Num total de 25 cursos, foram alistados 1712 cadetes, sendo os quantitativos por classes contabilizados, na sua maioria, nos ramos de Marinha (612) e Fuzileiros (465). Seguem-se os Técnicos Especialistas (246) e Administração Naval (243). Os Médicos Navais foram 43, os Engenheiros Maquinistas navais 86, os Engenheiros Construtores navais 12 e os Farmacêuticos Navais foram 5.

*Serafim Lobato
14º CFORN*



A LFP “Espiga” em Angola, tendo sido seu comandante o 2TEN RN Rui Horácio da Silva Pires (3º CEORN) após breve comando do 1TEN Isaias Gomes Teixeira (QP)

A ECONOMIA DO MAR É HOJE UM ASSUNTO NACIONAL E DE ESTADO

O Presidente da República, Cavaco Silva, e o Governo, através do Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, António Mendonça, afirmaram, no passado dia 21, estarem em sintonia sobre o papel e a importância das actividades ligadas ao mar.

O Chefe de Estado, que presidiu e abriu a sessão do Congresso de Portos e Transportes Marítimos que decorreu em Lisboa, promovido pela Associação Comercial de Lisboa, no antigo Pavilhão da FIL, na Junqueira, sustentou que se passam meses a anos “a discutir o TGV ou o novo aeroporto, mas os portos do futuro são tão importantes” para a evolução económica e social do País.

Cavaco Silva, que já anteriormente a 25 de Abril se referira à importância da “economia do mar” decidiu, agora, patrocinar este evento porque esse sector é de “importância fundamental para o futuro do país”. Apelou inclusive ao empenho do “país marítimo” que, segundo o Presidente da República, “não reconhece a importância deste seu recurso”.

“Não fiquemos a olhar uns para os outros a ver quem faz primeiro”, sublinhou, precisando que “Eu, como Presidente da República, já comecei a fazer a minha parte. Aliás, ainda na semana passada fiz questão de visitar a Lisnave, para verificar a sua recuperação e reconhecer a força exportadora dessa grande empresa de reparação naval. A Associação Comercial de Lisboa também já começou a fazer a sua parte, criando um Fórum que, espero, vos possa ajudar na vossa acção. Cabe-vos agora não ficar à espera do que o Governo vá fazer ou não fazer.”

Questionado pelos jornalistas sobre as declarações de Cavaco Silva, o Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, António Mendonça, que representou o Governo na abertura do Congresso, sustentou que está “inteiramente de acordo com as declarações do Presidente da República”.

“O que posso dizer é que estou inteiramente de acordo quanto à importância dos portos, do transporte marítimo e das actividades da economia do mar”, disse António Mendonça.

O governante referiu também que, no momento, a estimativa do conjunto dos investimentos, públicos e privados, na actividade portuária ascende a 5 mil milhões de euros. *“Trata-se de uma estimativa que actualmente fazemos da actividade portuária”, concluiu.*

Entretanto, face à importância que, nos últimos anos teve o debate em torno da “Economia do Mar”, lançado precisamente, em 2003, pela então Direcção da AORN, liderada por António Castro Moreira, o Governo tem programado para o próximo dia 25 um Conselho Interministerial para os Assuntos do Mar, que será presidido pelo Primeiro-Ministro José Sócrates.



Aspecto geral da assistência, na sala do Hotel Miragem em Cascais, durante a realização das “Jornadas para o Futuro” - Jornadas de Economia do Mar.

A economia do mar, segundo estudos recentes, vale 11 por cento do PIB português.

Mas, este é apenas um aspecto; o essencial é torná-lo um sector estratégico central da economia e da sociedade portuguesa. E este foi o centro do debate que a AORN procurou incutir nas actividades que organizou e participou.

Portugal tem 1.187 quilómetros de costa e uma Zona Económica Exclusiva (ZEE) de mais de 1.700.000 quilómetros quadrados, 18 vezes maior do que a área terrestre.

Em 2008, Portugal apresentou uma proposta na Nações Unidas para a extensão da plataforma continental para além das 200 milhas. E este alargamento “mexe” com todas as actividades (pesca, recursos minerais, turismo, segurança, defesa e liberdade de comércio marítimo, os melhores portos ocidentais de acostagem nas interligações com a Europa, e desta com o resto do Mundo, construção, manutenção e reparação naval).

Quando foi lançada a ideia das **Jornadas de Economia do Mar**, de que foi seu promotor e dinamizador o anterior Presidente da Direcção da AORN, António Castro Moreira, elas nasceram com dois propósitos:

- Sensibilizar as elites do País, sobretudo da sociedade civil, com destaque para os vários agentes económicos, universitários, científicos e profissionais com ligações directas ou indirectas ao Mar, para a importância de se organizarem em hypercluster.
- Criar oportunidades de encontro desses agentes para promover a sua articulação e estruturação em hypercluster.

Na ocasião, Castro Moreira frisou, sobre este projecto: *“o sucesso que as jornadas têm aumenta, sem dúvida, a nossa responsabilidade, mas constitui também um factor adicional de*

motivação para levarmos este projecto de intervenção cívica a bom porto”.

A última **Jornada de Economia do Mar** teve lugar, em Cascais, no Hotel Miragem, a 24 de Março deste ano, e nela intervieram personalidades de relevo, bem como alguns dos principais organizadores e impulsionadores do GIENO que, entretanto, foi formado. Nesta Jornada, já esteve presente o novo Presidente da Direcção da AORN, Joaquim Moreira, que recordou todo esse passado que conduziu ao presente.

As jornadas tiveram antecedentes na EXPO'98 e consequentes nos estudos da SAER, que resultaram na publicação do livro - **"O Hypercluster da Economia do Mar"**.

Na Expo, cujo lema foram os **"Oceanos – um património do futuro"** e nela nasceu o Oceanário, os propósitos teóricos estavam lançados *"Sensibilizar para o problema dos oceanos, estimular a investigação científica e reactivar as indústrias e os sectores ligados aos recursos marinhos. Uma nova forma de ver o Mar"*.

Foi no 1º Encontro Nacional da AORN, que se realizou Figueira da Foz (Centro de Congressos), a 30 Setembro 2003, o tema central da Conferência foi *"Portugal e a Estratégia Atlântica"*.

Que tiveram intervenções de, entre outros, dois nomes, que estão indissociáveis das Jornadas e da sua divulgação: Almirante Nuno Vieira Matias e nosso camarada e académico reputado Ernâni Rodrigues Lopes.

Foi neste Congresso que se falou pela primeira vez no **Cluster do Mar**, conceito apresentado pelo Almirante Vieira Matias.

A primeira apresentação pública do conceito de **Hypercluster da Economia do Mar** teve lugar no Porto (Palácio da Bolsa) a 10 de Março 2004 e foi apresentado pelo Ernâni Lopes.

O primeiro passo prático para uma maior divulgação foi a criação do GIENO – Gabinete para a Implementação de uma Estratégia Nacional para os Oceanos, em Abril de 2004 que, além do impulso dos corpos sociais, em especial Castro Moreira e Ernâni Lopes, teve um grande dinamizador na figura do nosso camarada, já falecido, Casimiro Barreto, que foi o primeiro Director Executivo.



Presidente da Câmara de Cascais, Dr. António Capucho em conversa com o vice-Almirante Conde Baguinho, o Ernâni Lopes e o Castro Moreira.

Presidido pelo Almirante Nuno Vieira Matias e visando o contributo da AORN para a implementação do **Hypercluster da Economia do Mar**, sob trabalho elaborado pelo nosso camarada Ernâni Lopes, após a saída de Castro Moreira, da Presidência da Direcção coube ao seu sucessor e actual Presidente, Joaquim Moreira, que já integrava o GIENO, continuar a responsabilidade de dirigir este projecto.

As jornadas tiveram depois um calendário, que foi sendo faseado e realizado em 8 diferentes cidades do país, com a intervenção de especialistas, empresários, académicos das mais diversas áreas e de representação destacada na economia, na sociedade civil e na Armada:

Construção e Reparação Naval

Viana do Castelo – 11 Março 2005

Pescas, Aquicultura, Investigação Científica e Recursos da Plataforma Continental

Aveiro – Junho de 2005

Portos e Transporte Marítimo em Portugal

Sines – 23 Setembro 2005

O Interface Mar-Terra e o Desenvolvimento Sustentável

Figueira da Foz - 13 Janeiro 2006

O Turismo Marítimo como Gerador de Riqueza

Vilamoura – 05 Maio 2006

Energia e Investigação Científica na Economia do Mar

Ponta Delgada – 20 Abril 2007

Segurança e Defesa na Economia do Mar

Setúbal – 02 Junho 2007

As Jornadas para o Futuro

Cascais – 24 de Março de 2010

Nas Jornadas de Cascais, o Presidente da Direcção, depois da sua intervenção, destacou o papel desempenhado pelo GIENO, saudando os seus principais membros operacionais, e fez questão de agradecer aos seus mais impulsionadores:

Cita-se:

"O Dr. Castro Moreira foi quem, na qualidade de Presidente da AORN iniciou todo este processo e é o verdadeiro responsável pela criação do GIENO e do seu conceito.

Director Executivo, Comandante Casimiro Barreto – que recordo com muita saudade e a quem dedico esta minha Apresentação. Espero que Aprove!

Presidente, Almirante Nuno Vieira Matias – que despoletou todo este Processo e que continua muito empenhado em dar o seu contributo nos assuntos do Mar.

E em especial ao Prof. Doutor Ernâni Lopes – um verdadeiro estadista, (continua a pensar a 15/25 anos) e cidadão exemplar a quem a AORN e o País muito devem. Por isso, uma qualquer homenagem pública é muito pouco".

O 21º CFORN

Foi o segundo curso realizado no ano de 1972 que, a exemplo de anos anteriores foi assinalado pela incorporação de dois cursos de formação de oficiais da Reserva Naval.

O 21º CFORN foi alistado em 31 de Agosto de 1972 e concluiu-se a 25 de Abril de 1973. Foram incorporados 93 cadetes assim distribuídos pelas várias classes: 23 cadetes na classe de Marinha, 4 cadetes da classe de Médicos Navais, 6 cadetes na classe de Engenheiros Maquinistas Navais, 28 cadetes na classe de Administração Naval, 31 cadetes na classe de Fuzileiros e 1 cadete na classe de Técnicos Especialistas.



O CALM Pedro Fragoso de Matos, Comandante da Escola Naval e o CALM José Augusto Barahona Fernandes que o substituiu no cargo.

CLASSE DE MARINHA

Alberto Manuel Carneiro Sereno
Armando Henriques Prazeres Machado
Carlos Manuel Pereira da Silva
Fernando Manuel Barreiros Antunes
João Manuel da Silva Cunha
José Manuel Miranda Temudo Barata
José António Barbot Veiga de Faria
Luís Manuel Abreu da Cunha e Melo
Manuel Joaquim Couto Alves dos Reis
Manuel Tomás Fontainhas Pimenta de Castro
Mário Jorge de Oliveira Pinho
António Manuel Souto Lopes da Graça
Cândido José Dominguez dos Santos
Carlos Eduardo Campos Valgode
Carlos Alberto de Magalhães Oliveira
Henrique Joaquim Gomes
José Carlos dos Santos Borges
José Manuel Gonçalves da Costa
José Belmiro Rodrigues Ferreira
Manuel Jorge
Manuel Eduardo da Costa e Almeida Vasques
Mário de Sousa Dias Fernandez
Rui Pedro de Sousa do Prado

CLASSE DE MÉDICOS NAVAIS

Daniel Siragusa Leal
Luís André Liebermann da Costa e Silva
Manuel Joaquim Teodósio Amaro
Manuel Barroso Silvério Marques

CLASSE DE ADMINISTRAÇÃO NAVAL

António José Rebelo de Andrade Cabral
Armando Augusto Dias de Moraes e Castro
Augusto Bento Pereira da Silva
Eurico Pimenta de Brito
João Manuel Rodrigues Pestana Teixeira
Joaquim Daniel Costa Neves
José Carlos Alfaia Pinto Pereira
José Maria Pereira Brandão de Brito
José Melro Félix
Manuel Antunes Pinto da Cruz
Manuel Costa Pereira
António Francisco Espinho Romão
Augusto Rodrigues de Castro Ribeiro
Carlos Marcel Pereira Figueira
Carlos Rodolfo Botelho Elias
Fernando José Ramos e Costa Abecassis
Joaquim António Pinto de Matos
Jorge Manuel Alves de Moura Calheiros
José Alberto Taveira Carvalho Marques
José Manuel Delgado Félix Ribeiro
Luís Miguel Portela Moraes
Manuel Alberto Ramos Mações
Manuel Sousa Fernandes de Meireles
Manuel Ferro da Silva Meneses
Miguel António Santos Ferreira de Almeida
Raúl Jorge Correia Esteves
Tito Ferreira de Carvalho
Rui Afonso Galvão Mexia de Almeida Fernandes

CLASSE DE ENGENHEIROS MAQUINISTAS NAVAIS

José Eduardo de Jesus Marques
José Maria Albuquerque Figueiredo e Castro
José Manuel de Sampaio Cruz Filipe
Manuel de Vilhena Veludo
José Manuel Gouveia da Costa Neves
Martiniano Nunes Gonçalves

CLASSE DE FUZILEIROS

Albano Matos Fernandes Pereira
António Tito Fontoura de Lencastre
António Manuel Henriques Martins Tavares
António Francisco Caseiro Marques
Avelino Pinto da Costa
Eduardo Nuno Ferreira Morgado
Fernando Manuel Barros da Cunha
João Manuel do Rego Botelho Parreira
João Luís Pamplona de Bettencourt Rodrigues
Joaquim M. Pereira Branco de Mascarenhas
Jorge de Oliveira Cardoso Fernandes
Jorge Manuel de Pina Paiva e Pona Franco
José Amaro Martins Carmona e Costa
José Fernandes Lomba
José Rocha da Silva
José J. Caldeira Marques Monteiro de Macedo
José António Ruivo
José António Caiola Lacerda de Almeida
José António da Silva Gomes Lima
Leonel Alexandre Tomás Cardoso
Luís Mário Pais Paiva de Andrade
Luís Alberto Pessoa da Fonseca e Castro
Manuel Severino Gaspar de Sousa Dias
Manuel Kendall Nicolau de Almeida
Mário Augusto Marreiros das Chagas
Mário Norberto Valente de Pinho
Nuno Eça de Queiroz Cabral
Rui Manuel Rodrigues Simões
Vasco António Reinhardt Machado Monteiro
Victor Henrique Louro de Sá
Victor Manuel Moreno Albino Calado Capela

CLASSE DE TÉCNICOS ESPECIALISTAS

Alberto Catarino Mateus



Escola Naval – O Juramento de Bandeira do 21º CFORN.



O Director de Instrução, CMG Eugénio Eduardo da Silva Gameiro.

Comandava a Escola Naval o Contra-Almirante Pedro Fragoso de Matos que, em 11 de Outubro de 1972, foi substituído no cargo pelo Contra-Almirante José Augusto Barahona Fernandes.

Foi Director de Instrução o Capitão de Mar e Guerra Eugénio Eduardo da Silva Gameiro.

No final do período de instrução, o Prémio “Reserva Naval” foi entregue ao cadete da classe de Marinha, Alberto Manuel Carneiro Sereno. Este prémio

destinava-se a galardoar o aluno com classificação mais elevada no conjunto da frequência escolar e da apreciação de carácter militar.

Durante o ano de 1972, para a prossecução do plano de modernização da Marinha, conjuntamente com a necessidade de reforçar os meios navais empenhados na Guerra do Ultramar, foram aumentados ao efectivo dos navios da Armada a LF “Sabre”, o navio balizador “Schultz Xavier”, o navio-patrolha “Zambeze” e o navio hidrográfico “Almeida Carvalho”.



O cadete RN Alberto Manuel Carneiro Sereno, Prémio Reserva Naval.

Em 1973, vieram ainda reforçar aquele dispositivo os navios-patrolha “Limpopo” e “Save”.

No decorrer do mesmo ano de 1972, foram abatidos ao efectivo as fragatas “Álvares Cabral” e “D. Francisco de Almeida” e as LFP’s “Canopus”, “Deneb” e “Algol” e, em 1973, seguiram idêntico destino a corveta “Cacheu”, o draga-minas “Pico” e a fragata “Vasco da Gama”.

Muitos oficiais da Reserva Naval desempenharam missões e viriam a fazê-lo nestes navios, quer nos entretanto abatidos quer nos aumentados ao efectivo, todos eles tendo representando um papel relevante na História da Reserva Naval.

Houve uma normal mobilização dos elementos deste curso como Comandantes, Oficiais Imediatos de navios, Oficiais de Guarnição, integrando Companhias e Destacamentos de Fuzileiros ou Unidades e Serviços em terra. No entanto, na classe de Fuzileiros aconteceu pela primeira vez que a mobilização não foi maciça, como vinha acontecendo até então. Foram designados para prestar serviço em África, ou Continente e Ilhas, os seguintes oficiais:



Em cima, Carlos Manuel Pereira da Silva – LFP “Antares”, Carlos Alberto de Magalhães Oliveira – LFP “Fomalhaut” e Carlos Eduardo Campos Valgode – LFP “Mercúrio” e, em baixo, José Carlos dos Santos Borges – “LFP “Procion” e José Manuel Miranda Themudo Barata – LFP “Bellatrix”



Guiné (17 Oficiais):

2TEN RN António Manuel Souto Lopes da Graça na LFG “Orion”, 2TEN RN João Manuel da Silva Cunha na LFG “Dragão”, 2TEN RN José Carlos dos Santos Borges na LFP “Procion”, 2TEN RN José Manuel Miranda Themudo Barata na LFP “Bellatrix”, 2TEN RN José António Barbot Veiga de Faria na LDG “Montante”, 2TEN RN Manuel Jorge na LFG “Hidra”, 2TEN RN Manuel Tomás Fontainhas Pimenta de Castro e 2TEN EMQ RN Manuel de Vilhena Veludo no Comando de Defesa Marítima da Guiné, 2TEN FZE RN Albano Matos Fernandes Pereira no DFE 5, 2TEN FZE RN Fernando Manuel Barros da Cunha e 2TEN FZE RN Victor Manuel Moreno Albino Calado Capela no DFE 4, 2TEN FZ RN João Manuel do Rego Botelho Parreira e 2TEN FZ RN José Fernandes Lomba na CF 5, 2TEN FZE RN João Luís Pamplona de Bettencourt Rodrigues no DFE 12, 2TEN FZE RN Joaquim Manuel Pereira Branco de Mascarenhas no DFE 22, 2TEN FZE RN José Joaquim Caldeira Marques Monteiro de Macedo no DFE 21, 2TEN FZ RN Vasco António Reinhardt Machado Monteiro na CF 8.

Em Abril de 1972, o PAIGC volta a flagelar, desta vez, a cidade de Bolama, durante cerca de dez minutos com foguetões de 122 mm.

A partir de Julho foi lançada uma grande operação na zona do Cubisseco e Pobreza com a finalidade de ali instalar uma base que viria a ser denominada como “Tabanca Nova da Armada”. A região passou a ser sistematicamente flagelada, os resultados obtidos não surtiram os efeitos desejados e o aquartelamento foi desactivado em Novembro.

Numa entrevista ao jornal do Cairo, Amílcar Cabral declara que “num futuro próximo anunciará a criação de um novo Estado e que a luta pela libertação nacional do povo da Guiné-Bissau era amplamente apoiada pela opinião pública progressista mundial”. Afirmou também que o PAIGC fora reconhecido como representante legítimo do povo da Guiné-Bissau por muitas organizações internacionais.

Pelas 22:30 horas do dia 20 de Janeiro de 1973, Amílcar Cabral é assassinado à

porta da sua residência em Conacry, num crime atribuído “convenientemente” à PI-DE/DGS por uma opinião pública internacional acicatada pelos países africanos. Aristides Pereira assume funções como chefe interino do PAIGC.

No mês de Março surgem no teatro de operações da Guiné os mísseis terra-ar Strella os quais, tendo como alvo as aeronaves, surtem um tremendo efeito negativo na FAP e, conseqüentemente, nas operações militares.

A 25 de Março foi abatido um Fiat G-91 no Cantanhês, pilotado pelo TEN Pessoa que se ejectou com sucesso e, três dias depois, na região de Madina do Boé uma parelha de Fiats G-91 é atacada com arma desconhecida. Um dos pilotos, 2º Comandante da Zona Aérea de Cabo Verde e Guiné, TCOR Brito ao picar para tentar identificar o alvo foi atingido, ficando desfeito e morrendo o piloto. O seu asa conseguiu regressar à base.

Na primeira semana de Abril um T6 é abatido por um míssil Strella e despenhou-se causando a morte ao piloto. No dia 6 é novamente abatido um DO 27 onde o Major Mariz Martins, comandante do COP 3, efectuava um reconhecimento visual (RVIS), não havendo sobreviventes.

Em 8 de Maio é iniciada pelo PAIGC uma violenta ofensiva contra Guidage, junto à fronteira do Senegal. Em 11 de Maio grupos de combate dos DFE’s 1 e 4 são enviados para o reforço da defesa daquele aquartelamento, sofrendo uma baixa no dia 13.

No dia 18 de Maio, comandado por João Bernardo “Nino” Vieira o inimigo desencadeia uma violenta ofensiva contra Guileje, localidade no sul da Guiné que, situada num ponto vital da rota de abastecimento do PAIGC, sem acesso por via fluvial, ficava completamente isolada.

De 18 a 22 de Julho decorre o 2.º Congresso do PAIGC que fez a revisão geral dos estatutos elegendo Aristides Pereira como secretário-geral afirmando ser intenção do PAIGC proclamar a independência, constituir um governo e criar estruturas administrativas.



1970 - Comando Naval de Cabo Verde - Capitania do Porto de S. Vicente.

Em 6 de Agosto, o General Spínola regressa à Metrópole e é exonerado do seu Comando, sendo substituído a 28 do mesmo mês pelo general Bettencourt Rodrigues como Governador-Geral e Comandante-Chefe.

No mês de Outubro, mais uma vez os aliados americanos jogam a sua cartada no cenário internacional. O Senado proíbe a Administração de conceder a Portugal qualquer ajuda que permita a manutenção do “Regime Colonial”. Por sua vez, nesse mesmo mês, o Governo Português concede autorização aos EUA para utilizarem a Base das Lajes, nos Açores, como escala de apoio a Israel na guerra do Yom Kippur.

Em Dezembro já a confiança nos aéreos se tinha restabelecido e, conhecida a estratégia a utilizar para minimizar o efeito dos mísseis Strella, recomeçaram os voos com alguma normalidade, embora com redobrados cuidados

Cabo Verde (4 Oficiais):

2TEN RN Cândido José Dominguez dos Santos, 2TEN RN José Manuel Gonçalves da Costa na Fragata “Comandante João Belo”, 2TEN FZ RN José António Caiola Lacerda de Almeida no Pelotão de Fuzileiros nº 2, 2TEN FZ RN Leonel Alexandre Tomás Cardoso no Pelotão de Fuzileiros nº 1.

Angola (16 Oficiais):

2TEN RN Alberto Manuel Carneiro Sereno, 2TEN MN RN Daniel Siragusa

Leal, 2TEN AN RN António José Rebelo de Andrade Cabral, 2TEN AN RN Eurico Pimenta de Brito e 2TEN AN RN Manuel Costa Pereira no Comando Naval de Angola, 2TEN RN Carlos Manuel Pereira da Silva na LFP “Antares”, 2TEN RN Carlos Alberto de Magalhães Oliveira na LFP “Fomalhaut”, 2TEN RN Fernando Manuel Barreiros Antunes na LFG “Pégaso”, 2TEN RN Henrique Joaquim Gomes no navio-patrolha “Cunene”, 2TEN RN Luís Manuel Abreu da Cunha e Melo na LDG “Alabarda”, 2TEN RN Manuel Eduardo da Costa e Almeida Vasques no navio-patrolha “Mandovi”, 2TEN FZE RN Jorge Manuel de Pina Paiva e Pona Franco e 2TEN FZE RN José António Ruivo no DFE 6, 2TEN FZ RN Mário Norberto Valente de Pinho na CF 1, 2TEN FZ RN Rui Manuel Rodrigues Simões e 2TEN

FZ RN Victor Henrique Louro de Sá na CF 3.

A República do Congo continuava a apoiar o movimento político-subversivo FNLA-GRAE com larga visibilidade exterior. Por ocasião de uma visita do presidente Mobutu foi salientada a contribuição congoleza e senegalesa para “*extirpar da terra africana todas as práticas aviltantes e de sujeição do homem africano*”.

A Zâmbia mantinha com Portugal um tom político de fria hostilidade, acusando o nosso país de estar a impor um bloqueio ao escoamento das suas exportações através do porto da Beira. Contrariando as declarações de intenção de uma política de boa vizinhança e de não ingerência interna nos assuntos de outras nações, o governo da Kaunda apoia os movimentos subversivos do MPLA e também da UNITA.

Em Dezembro de 1972 a situação internacional era caracterizada por um evidente esforço por parte dos países africanos no sentido de alcançarem um maior progresso geral, recebendo para o efeito auxílio estrangeiro tanto do bloco ocidental como do bloco comunista, o que permitia aos países mais industrializados (França, Grã-Bretanha, Estados Unidos da América, União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e República Popular da China) manter intacto o peso da sua influência em África.



INAB – Entrada das Instalações Navais de Bissau.



O navio-patrolha "Mandovi"

No campo económico os países africanos continuavam dependentes não só das exportações das suas matérias-primas para os países industrializados mas também da importação de capitais e equipamentos, essenciais para alcançarem uma relativa independência económica.

A unidade africana revelava então uma apreciável coesão, mostrando-se unânime quer em condenar Portugal, Rodésia e República da África do Sul quer em aprovar resoluções com vista a provocar o seu isolamento no contexto internacional.

Entretanto, o dispositivo operacional instalado no Leste de Angola fora reorganizado e reforçado, estando constituídos os Destacamentos das Forças de Marinha no Rio Cuíto (baseado em Vila Nova da Armada), no Rio Cuando, no Rio Zambeze e no Rio Lungué-Bungo, áreas onde desde 1965 actuavam unidades de fuzileiros.

As acções armadas inimigas no teatro de Angola tinham vindo a diminuir francamente no ano de 1972 em relação ao ano anterior, salvo ligeiro crescimento no recurso à colocação de engenhos explosivos. No enclave de Cabinda a situação encontrava-se calma sem iniciativa de acções bélicas, o mesmo se passando tanto no norte como na frente leste. Somente o Cuango revelava ligeiro aumento de actividade.

O dia 2 de Junho de 1973 ficou marcado por um brutal incidente que ficou

assinalado como um trágico marco da guerra dos Fuzileiros, em geral, e da Reserva Naval, em particular. Uma pequena coluna de duas viaturas que se deslocara do Chilombo à Lumbala para ir buscar correio, foi violentamente emboscada num percurso onde não havia histórico de actividades hostis.

A acção causou 3 mortos e um ferido aos fuzileiros do pelotão da CF 1 que se encontrava no Chilombo a apoiar o DFE 10. Um dos mortos, o STEN FZ RN António



O navio-patrolha "Zambeze"

Bernardino Apolónio Piteira, oficial da Reserva Naval, do 18º CFORN, foi o único oficial da Marinha de Guerra morto em combate durante os 13 anos de guerra.

A ofensiva internacional contra Portugal e os países do sul de África, acentuava-se no final de 1973. O encerramento da 28ª sessão da Assembleia Geral da ONU marcou pela posição anti-portuguesa, ao aceitar a alegada independência da Guiné como acto consumado e indiscutível, definindo Portugal como potência ocupante e ilegal.

Moçambique (16 Oficiais):

2TEN RN Carlos Eduardo Campos Valgode na LFP "Mercúrio", 2TEN RN José Belmiro Rodrigues Ferreira, 2TEN RN Mário Jorge de Oliveira Pinho e 2TEN EMQ RN José Manuel Gouveia da Costa Neves no Comando Naval de Moçambique, 2TEN RN Manuel Joaquim Couto Alves dos Reis, 2TEN RN Mário de Sousa Dias Fernandez, 2TEN MN RN Manuel Joaquim Teodósio Amaro, 2TEN AN RN Tito Ferreira de Carvalho, 2TEN FZ RN Avelino Pinto da Costa no Comando de Defesa Marítima dos Portos do Lago Niassa, 2TEN AN RN José Manuel Delgado Félix Ribeiro no Comando de Defesa Marítima dos Portos do Zambeze, 2TEN FZ RN Jorge de Oliveira Cardoso Fernandes, 2TEN FZ RN José Amaro Martins Carmona e Costa e 2TEN FZ RN Nuno Eça de Queiroz Cabral na CF 7, 2TEN FZ RN Luís Mário

Pais Paiva de Andrade na CF 11, 2TEN FZE RN Luís Alberto Pessoa da Fonseca e Castro no DFE 8 e 2TEN FZE RN Manuel Kendall Nicolau de Almeida no DFE 3.

O cenário internacional sofre entretanto significativa evolução: a Inglaterra assina um acordo que concede a independência à sua antiga colónia da Rodésia, permitindo no entanto a continuação da supremacia branca no país liderado por Ian Smith, facto que foi fortemente contestado pelos “nacionalistas” negros da Rodésia e de todo o Continente africano. No entanto, a Grã-Bretanha continua a manter uma fragata no Canal de Moçambique, apoiada por um navio auxiliar, controlando o acesso aos portos da Beira.

Enquanto isso, os países originários das antigas colónias europeias mantêm forte investida junto da opinião pública mundial contra a presença portuguesa em África e fazem aprovar na ONU em 28 de Setembro de 1972 uma moção que propõe a admissão de delegados de organizações terroristas como observadores da Comissão de Descolonização. Portugal protesta, afirmando não participar nos trabalhos da ONU onde estivessem presentes representantes daquelas organizações. Posição idêntica é tomada pela África do Sul.

Logo no início de 1973 a ONU anunciou que iria realizar em Oslo, entre 9 e 14 de Abril, uma conferência internacional sobre o colonialismo e ao apartheid, no qual no qual iriam participar ale de representantes dos órgãos permanentes daquela organização, representantes de nove movimentos de libertação africanos. A tal anúncio foi dada enorme relevância pela imprensa mundial. Simultaneamente, grupos anti-colonialistas e contra o apartheid preparavam uma campanha com reuniões na Alemanha, Noruega, Holanda, Suíça e ainda em Londres.

No estrangeiro, continuavam a levantar-se cada vez mais vozes contra Portugal, quer por parte dos países quer mesmo por organizações não governamentais. Em Março, foi a Organização Internacional de Aeronáutica Civil que aprovou, em sessão realizada na sua sede em Nova Iorque, uma moção que afastava Portugal das suas reuniões. A aprovação foi obtida por maioria com votos favoráveis dos países africanos e asiáticos, e os votos contrários dos EUA, Nova Zelândia e a maior parte dos países europeus. Por esta altura, a Dinamarca, Finlândia e Suécia

sugeriram a colocação de uma força militar à disposição da ONU, pronta a deslocar-se para qualquer parte do mundo. Em Moçambique fora também constituí-

2TEN MN RN Manuel Barroso Silvério Marques na Base Naval de Lisboa, 2TEN EMQ RN José Eduardo de Jesus Marques no navio draga-minas “Lajes”, 2TEN



Escola Naval – Imposição de “Bóinas” aos novos Fuzileiros.

do o Comando da Defesa Marítima do Zambeze, para apoio ao dispositivo militar naval em operações na bacia do Zambeze e em especial na região de Tete.

Continente e Ilhas (35 Oficiais):

2TEN RN Armando Henriques Prazeres Machado e 2TEN AN RN José Alberto Taveira Carvalho Marques na Escola Naval, 2TEN RN Rui Pedro de Sousa do Prado no Comando Naval dos Açores,

EMQ RN José Maria Albuquerque Figueiredo e Castro no navio draga-minas “Lagoa”, 2TEN EMQ RN José Manuel de Sampaio Cruz Filipe na fragata “Pêro Escobar”, 2TEN EMQ RN Martiniano Nunes Gonçalves e 2TEN AN RN Miguel António Santos Ferreira de Almeida na Fábrica Nacional de Cordoaria, 2TEN AN RN António Francisco Espinho Romão na Direcção Geral dos Serviços de Fomento Marítimo,



O navio hidrográfico “Almeida Carvalho”



A LFP "Mercúrio" atracada na Base Naval de Metangula, no Lago Niassa.

2TEN AN RN Armando Augusto Dias de Morais e Castro, 2TEN AN RN José Maria Pereira Brandão de Brito e 2TEN FZ RN António Manuel Henriques Martins Tavares no Grupo Nº 1 de Escolas da Armada, 2TEN AN RN Augusto Rodrigues de Castro Ribeiro e 2TEN AN RN Joaquim António Pinto de Matos na Direcção do Serviço de Pessoal – 2ª Rep., 2TEN AN RN Augusto Bento Pereira da Silva, 2TEN AN RN Fernando José Ramos e Costa Abecassis, 2TEN AN RN João Manuel Rodrigues Pestana Teixeira e 2TEN AN RN Luís Miguel Portela Morais na Superintendência dos Serviços Financeiros, 2TEN AN RN Carlos Rodolfo Botelho Elias na Direcção do Serviço de Electricidade e Comunicações, 2TEN AN RN Carlos Marcel Pereira Figueira e 2TEN AN RN Rui Afonso Galvão Mexia de

Almeida Fernandes na Direcção das Construções Navais, 2TEN AN RN Joaquim Daniel Costa Neves, 2TEN RN Jorge Manuel Alves de Moura Calheiros e 2TEN AN RN José Carlos Alfaia Pinto Pereira no Conselho Administrativo da Administração Central de Marinha, 2TEN AN RN José Melro Félix e 2TEN AN RN Manuel Alberto Ramos Mações na Direcção do Serviço de Abastecimento, 2TEN AN RN Manuel Antunes Pinto da Cruz, 2TEN FZ RN António Francisco Caseiro Marques e 2TEN FZ RN Mário Augusto Marreiros das Chagas na Escola de Fuzileiros, 2TEN AN RN Manuel Sousa Fernandes de Meireles e 2TEN TE RN Alberto Catarino Mateus no Instituto Hidrográfico, 2TEN AN RN Manuel Ferro da Silva Meneses e 2TEN AN RN Raúl Jorge Correia Esteves no Estado-Maior

da Armada e 2TEN FZ RN José António da Silva Gomes Lima no Grupo Nº 2 de Escolas da Armada.

Não foi possível determinar o paradeiro correcto dos seguintes 5 Oficiais:

2TEN MN RN Luís André Liebermann da Costa e Silva (Pelotão nº 1 de Fuzileiros), 2TEN FZ RN António Tito Fontoura de Lencastre (Pelotão nº 7 de Fuzileiros), 2TEN FZ RN Eduardo Nuno Ferreira Morgado (Pelotão nº 13 de Fuzileiros), 2TEN FZ RN José Rocha da Silva (Pelotão nº 12 de Fuzileiros) e 2TEN FZ RN Manuel Severino Gaspar de Sousa Dias (Pelotão nº 14 de Fuzileiros).

O 21º CFORN, a partir de 25 de Abril de 1974, acompanhou todo o processo que se desenvolveu nos territórios ultramarinos, inclusivé porque muitos dos seus elementos eram Comandantes de unidades navais ou enquadravam unidades de fuzileiros.

Os oficiais pertencentes ao 21º CFORN começaram a ser licenciados a partir de 11 de Outubro de 1974. Ingressaram nos Quadros Permanentes os 2TEN FZ RN's Albano Matos Fernandes Pereira, Jorge Manuel de Pina Paiva e Pona Franco, José António Ruivo, Manuel Severino Gaspar de Sousa Dias e Mário Augusto Marreiros das Chagas.

Fontes:

Texto de Manuel Lema Santos (8º CEORN), compilado a partir de: Anuário da Reserva Naval dos Comandantes Adelino Rodrigues da Costa e Manuel Pinto Machado; Dicionário de Navios, Comandante Adelino Rodrigues da Costa, 2006; Fuzileiros – Factos e Feitos na Guerra de África, 1961/1974, Luis Sanches de Baêna, 2006; Arquivo de Marinha; Revista da Armada; fotos do 21º CFORN por cedência da revista da Armada; outras fotos de arquivo de MLS com cedências de origens diversas; colaboração do CMG José António Ruivo (21º CFORN).



1969 - A fragata "Comandante João Belo" a navegar em águas oceânicas.

OPERAÇÃO "MAR VERDE"

A MAIOR E MAIS COMPLEXA ACÇÃO MILITAR NA GUERRA

A 22 de Novembro de 1970, uma esquadra da Marinha de Guerra Portuguesa realizou a maior e mais complexa operação de toda a guerra do Ultramar de 1961 a 1975, que teve a sua génese na ilha de Soga, no arquipélago guineense dos Bijagós e terminou em Conacri.

Depois de um período preparatório, que incluiu surtidas várias de uma Lancha de Fiscalização Grande (LFG) a águas territoriais do Senegal e Gâmbia para recolher opositoristas da Guiné-Conacri e uma missão de reconhecimento ao porto de Conacri, antes da efectivação da missão, a operação apelidada de "Mar Verde", começou a ganhar consistência operacional efectiva na segunda metade de 1970, com contactos vários, incluindo internacionais.

Toda a operação foi montada e organizada na Guiné-Bissau, sob a orientação do seu governador e comandante-chefe general António de Spínola e como comandante executivo o então capitão-tenente Alpoim Calvão, que liderava as Operações Especiais do Comando-Chefe.

A operação, de que não existem documentos oficiais, que a possam factualizar, mas que o marechal António de Spínola, em 1989, "autenticou", em carta enviada ao CECA (Centro de

Estudos das Campanhas de África), então dirigido pelo falecido general Themudo Barata, teve, como missão central e principal, realizar um golpe de Estado na Guiné-Conacri.

Segundo a carta do falecido marechal, os objectivos da missão eram dois: *"a operação visava atingir dois objectivos. O primeiro de alta estratégia e de natureza externa com vista a apoiar a realização de um golpe de Estado na República da Guiné. O segundo de natureza interna visava o desmantelamento das instalações do PAIGC em Conacri, aprisionando Amílcar Cabral e a libertação de militares portugueses detidos nas prisões do PAIGC"*.

Spínola assinala, ainda, na carta, que *"o processo oficial sobre a Operação Mar Verde foi destruído"*, acrescentando, todavia, que a escrita, em citações, da autoria do comandante Alpoim Calvão, no seu livro "De Conacri ao MDLP", é *"o único documento válido existente sobre a operação, reproduzindo fielmente o relatório que me foi entregue e que fazia parte integrante do processo destruído"*.

Será, pois, este trecho do comandante Calvão, do seu livro supracitado, que nos dará as principais informações para este artigo.

Assim, quatro Lanchas de Fiscalização Grandes (LFG's "Orion", "Cassiopeia", "Dragão" e "Hidra") e duas Lanchas de Desembarque Grandes (LDG's "Bombarda" e "Montante"), um Destacamento de Fuzileiros Especiais (DFE 21) e uma Companhia de Comandos, ambos constituídos por africanos, várias dezenas de elementos "brancos" de outras unidades de elite bem como cerca de duas centenas de elementos da oposição a Seku Turé, saíram da ilha de Soga ao princípio da noite de 20 de Novembro, rumando para Conacri. Constituíram o Task Group 27.2.

No total, com as guarnições dos navios, devem ter estado envolvidos cerca de 600 pessoas.

Deste modo, uma parte substancial dos principais navios, com as suas guarnições, bem como de uma fatia significativa de quadros e tropas especiais da Armada, foram empenhados nesta operação que adquiriu, na altura, o estatuto de maior estruturação em complexidade e impacto internacional.

Nesta operação, participaram vários oficiais que provieram ou, simplesmente, pertenceram aos quadros da Reserva Naval.



Vista de Conacri, numa foto tirada de bordo de uma das lanchas ao largo da baía.



Os indigitados Primeiro-Ministro (ferido) e Presidente da República das forças do FNLG, no final da operação, a bordo da LDG "Montante", tendo ao lado o sargento enfermeiro.



Parte do grupo invasor (portugueses e FNLG) a bordo da LDG "Montante".

Assim, o comandante do DFE 21 era o então primeiro-tenente fuzileiro especial de carreira Raul Cunha e Silva (7º CEORN), o seu imediato era o então 2TEN FZE RN José Carlos Falcão Lucas (13º CFORN), já falecido (na ocasião, este DFE apenas tinha estes dois oficiais operacionais, já que o imediato e o quatro oficiais, estavam em fase de substituição, após o primeiro ter sido ferido, gravemente, em combate e o outro sofrido um acidente em serviço). No grupo operacional de oficiais fuzileiros participou ainda o 2TEN FZE RN Benjamim Lopes de Abreu (10º CFORN), que seria o futuro imediato do DFE 22, que, então, estava em fase de constituição.

Como oficiais das guarnições dos navios participantes na operação, registre-se, ainda, a presença, como imediatos, os oficiais da RN, Paiva Pacheco (NRP "Cassiopéia"); Nunes Vaz (NRP "Dragão") e Ferreira Marques (NRP "Bombarda"), todos do 13º CFORN.

Participou ainda, como oficial operacional um outro FZE, proveniente de uma outra Reserva, a Marítima, o então jovem 1TEN FZE Alberto Rebordão de Brito, que seria o futuro comandante do DFE 22, já falecido, e um dos quatro membros da Armada Portuguesa condecorados com a medalha de Torre e Espada por feitos em combate na guerra ultramarina.

A operação, propriamente dita começou cerca da 01:30 de 22 de Novembro de 1970.

Já no porto de Conacri, os navios da Armada largaram botes, com destino a terra, com as forças especiais de comandos e fuzileiros negros e os oposicionistas ao regime da Guiné-Conacri.



Da esquerda para a direita: Ferreira Marques, Nunes Vaz e Paiva Pacheco, durante a viagem inaugural da LDG "Bombarda" para a Guiné.

O navio-almirante da operação era a LFG "Orion", onde estava embarcado o comandante operacional da "Mar Verde" Alpoim Calvão.

As primeiras acções do desembarque viraram-se para as lanchas rápidas do PAIGC, atracadas no porto, que, segundo os relatórios entregues ao comandante Alpoim Calvão, teriam sido destruídas.

Após movimentações dentro da capital guineense, com alguns combates e muitos mortos: teriam sido abatidos entre 400 a 600 soldados e habitantes de Conacri, o comandante operacional ordenou a retirada cerca das 04:30. Na prática, todos os grupos destacados regressaram a bordo, com excepção de um pelotão da companhia de comandos africanos, chefiado por um oficial experiente, Tenente Januário, que se teria entregue ou perdido, e, posteriormente, capturado.

Foram eles que, em entrevista, confessaram – e, deste modo, deram a conhecer ao Mundo – que o ataque a Conacri fora uma operação mandada executar pelo governador e comandante-chefe da Guiné António de Spínola. A informação que até agora é referida é que todo o pelotão foi mandado fuzilar, mais tarde, pelo Presidente Seku Turé.

Na operação Mar Verde, as tropas portuguesas sofreram três mortos, entre eles um alferes do Continente, de apelido Ferreira, e, pelo menos, três feridos graves.

A grande maioria dos oposicionistas guineenses, que ficaram no terreno, foi, mais parte, capturada ou morta. Os seus principais líderes foram reembarcados.

O objectivo central estratégico da operação, o derrube de Turé, não foi conseguido.

Embora o grupo destacado para atingir o palácio presidencial, e residência de Turé, Villa Sally, tivesse conseguido entrar e tomar os imóveis, não encontraram, todavia, o Chefe de Estado da Guiné-Conacri.

Alguns dos locais de apoio do PAIGC, igualmente, foram atingidos, mas nenhum dirigente de topo foi capturado.



Foto tirada a bordo da LDG "Montante", antes da operação ser iniciada, vendo-se da esquerda para a direita: Vieira Pita (mediato), o PM indigitado, Costa Correia (comandante), e os indigitados Presidente da República e Ministro da Informação e um oficial médico do Exército.



Prisioneiros portugueses na cadeia "Montanha", em Conacri. Tirada antes da invasão.

O seu secretário-geral Amilcar Cabral estava, aliás, ausente de Conacri, em visitas no estrangeiro e isso era do conhecimento da imprensa internacional.

Também foi tomado o aeroporto de Conacri, mas o objectivo desta missão, a destruição dos aviões MIG, não foi alcançado, pois as aeronaves não se encontravam no local.

Os grupos destacados para atacar a central eléctrica, que abastecia a cidade, conseguiram efectuar a sua missão, mas colocaram a cidade às escuras, o que provocou desorientação em certas

movimentações, já que já noite cerrada.

Finalmente, os membros do comando que deveriam tomar a principal emissora-rádio fracassaram na sua missão.

Dentre os objectivos secundários, a libertação dos prisioneiros portugueses, em número de 26, todos do contingente continental europeu, que estavam na prisão La Montaigne, do PAIGC, foi o único sucesso, plenamente conseguido.

O desfecho da operação "Mar Verde", que teve um planeamento considerado excepcional para a sua complexidade e,

do ponto de vista estrito de missão interna, pode ser apelidada de "rigorosamente executada", teve, no entanto, repercussões gravosas para o Estado português, que se viu condenado nas instâncias supremas da ONU, incluindo os próprios Estados Unidos da América.

Alpoim Calvão assinala, no seu livro, que "o insucesso do Golpe de Estado ficou-se devendo à manifesta carência de informação que falhou completamente no que toca à presença da aviação de caça em Conacri e aos apoios activos internos que não existiam ou, se existiam, não se concretizaram".



Já de regresso à ilha de Soga, na proa da LFG "Dragão", em franco convívio, prisioneiros recém-libertados e elementos da guarnição daquele navio.

Na realidade, hoje, existem informações, de várias fontes, que apontam que Ahmed Seku Turé teria sido “avisado” antecipadamente de que Portugal estaria a preparar, para aquela data, um ataque à Conacri. E estas fontes tanto teriam sido provenientes da antiga União Soviética, que vendeu as armas utilizadas na invasão, como de serviços secretos ocidentais, que não gostavam da “concorrência” portuguesa em áreas de influência de antiga potência colonial.

Na lógica do secretismo interno, a Mar Verde foi bem executada.

Na realidade, quer as guarnições dos navios, quer as unidades das tropas especiais portuguesas nela envolvidas, nada souberam da missão a não ser no dia anterior à sua efectivação. E isto, apesar dos inícios preparatório da operação terem começado em Janeiro de 1970.

Mas, foi, precisamente, na véspera da partida, quando o comandante operacional dá a conhecer o objectivo aos principais oficiais nela participantes, que começaram a surgir problemas. Ora, a “Mar Verde” esteve para ser abortada então.

Alguns oficiais contestaram o facto de realizar uma operação “clandestina” para derrubar o Chefe de Estado de um país, com quem Portugal não estava em guerra. No seu livro, Alpoim Calvão descreve o sucedido em três parágrafos, mas o que se passou a bordo, naquele momento, atingiu as proporções de motim.

Quando Calvão efectuava o briefing final, o então supervisor da Companhia de Comandos Africanos major de Cavalaria Leal de Almeida considerou ser “*contra a ética militar*” a efectivação de ataque a um país que não estava em guerra contra o Estado português.

Foi-lhe dada voz de prisão e mandado apresentar ao comandante-chefe.

Ora, esta posição teve eco em grande parte do corpo de oficiais da companhia de comandos.

Assim, o capitão do recrutamento da província João Bacar Djaló, que comandava, operacionalmente, a companhia de comandos africanos, também questionou a razão da missão, bem como os principais oficiais, incluindo o tenente Januário.

Após uma reunião com o general Spínola, o major Leal Almeida esteve, no entanto, presente no desembarque em Conacri, mas não acompanhou os seus homens no terreno.

Ameaças de conselho de guerra forçaram os comandos africanos a seguir para Conacri e o facto de Djaló se prontificar a continuar na operação “*neutralizou um pouco a desmoralização incipiente*”, reconheceu Calvão.

Este não foi caso único. O comandante da LDG “*Montante*” primeiro-tenente Costa Correia no “briefing” com os comandantes dos navios, igualmente, questionou o

facto de se estar a preparar uma acção a um país estrangeiro, com o qual não havia estado de guerra.

Participou na acção, mas emitiu a sua posição, oficialmente, no “Diário Náutico”, que ainda hoje não é de acesso público.

Actualmente, são conhecidos dados e factos mais amplos da montagem e planeamento de operação “Mar Verde”. Principalmente, as suas consequências políticas e a clivagem que existiu no próprio governo de Marcelo Caetano face à sua efectivação.

Para os investigadores e analistas históricos, a operação “Mar Verde” foi um insucesso, pois, em vez de enfraquecer a capacidade de apoio logístico ao PAIGC por parte da Guiné-Conacri, este impulsionou-se, até porque, em grande medida, a resistência castrense, minimamente organizada que surgiu aos atacantes portugueses partiram de guerrilheiros, que assim contribuíram para manter Turé no poder. Claro que tal facto trouxe desconfianças grandes entre Amílcar Cabral e o Chefe de Estado guineense, pois o Exército deste último, praticamente, não funcionou.

Sob o ponto de vista restrito, minimamente militar, a operação foi relativamente bem sucedida. Verificou-se que era possível “projectar” forças até uma distância relativamente grande, com base na surpresa e na eficácia da acção naval, com forças especiais bem treinadas. E retirar em relativa acalmia.

Ora, este aspecto não teve continuidade, nem conseguiu inverter a relação de forças no terreno. Além do mais, internacionalmente, cresceu o apoio castrense e diplomático ao PAIGC, mesmo em países ocidentais. Com o consequente isolamento internacional de Portugal.

Serafim Lobato
14º CFORN

Fotos deste artigo cedidas pelo 2TEN RN João Manuel Nunes Vaz e pelo 2TEN FZE RN Serafim Lobato.



Conacri ao longe. Uma foto tirada já no final da operação.

VISITA GUIADA À FRAGATA “D. FERNANDO II E GLÓRIA”



A Direcção da AORN organizou uma visita guiada, para sócios e respectivos familiares, à Fragata “D. Fernando II e Glória”, que se encontra aberta a visitas em Cacilhas, junto à LISNAVE. A visita foi programada para o dia 27 de Junho de 2010, com início às 15H e foi conduzida pelo próprio Comandante, CMG FZ RES Rocha e Abreu.

No final da visita, que foi gratuita para os associados, foram servidos a bordo cafés e vinho moscatel. Antes da visita e com o objectivo de proporcionar um maior convívio, os participantes tiveram oportunidade de almoçar no restaurante FAROL, em Cacilhas, com uma ementa especial para o evento.

Pelo seu inegável interesse, publica-se o texto de um dos camaradas que participaram na visita.

A Fragata D. Fernando (In)glória

No último domingo de Junho, e em resposta a um convite da AORN, sacrifiquei no Alemanha–Inglaterra, e fiz, com a minha mulher, uma visita guiada à fragata “D. Fernando II e Glória” que está estacionada numa doca seca, em Cacilhas. E acho que valeu a pena o sacrifício.

A visita foi guiada, e bem, pelo CMG Rocha e Abreu oriundo da Reserva Naval. Eu nunca tinha entrado na Fragata, mas tenho algumas memórias dela, de histórias que ouvia contar ao Pedro Chavarria, velho oficial SG que se cruzou comigo no “Santo André”, e que tinha tirado o curso de artilheiro na “D. Fernando”. E aquela imagem do navio adornado, em frente às Escolas do Alfeite, ficou também gravada na minha memória, e havia muitas outras histórias que se contavam sobre o navio.

No regresso a Lisboa, no cacilheiro que atravessa o Tejo a caminho do cais do Sodré, vim eu a cogitar na conjugação de três acontecimentos recentes, e que me levaram a esta reflexão e a escrever este texto. São os seguintes esses acontecimentos:

1. O contacto que tive, em duas ocasiões, com as ideias do professor Ernâni Lopes, primeiro foi no “Plano Inclinado”, da SIC Notícias, onde o professor esteve duas vezes em conversa com o Dr. Medina Carreira, e, posteriormente, numa conferência, promovida pelo “Sol”, no Museu da Electricidade, onde ele falou sobre economia e ambiente. Nas duas ocasiões, o discurso de Ernâni Lopes impressionou-me muito favoravelmente.
2. Um sentimento íntimo, que vem ao meu espírito sempre que se fala da AORN, que tem a ver com o facto de a AORN ser uma associação em vias de extinção, por falta de renovação natural dos seus elementos.
3. A impressão que me causou a visita à fragata. Pareceu-me estar a ver coisas irreais: o modo de viver das pessoas, o desconforto a bordo, a água com bichos, o recrutamento à força dos mancebos. Parecia ver no semblante dos visitantes interrogações do tipo: mas isto teria sido mesmo assim? Eram gente como nós? E não tinham casa de banho? As crianças olhavam os manequins, e dificilmente, julgo eu, acreditariam que já ali tivesse havido homens de verdade, e a viver naquelas condições.



1889 - A fragata “D. Fernando II e Glória” como navio-escola de Artilharia Naval

A ligar estes três acontecimentos está a AORN, mas está também crise que atravessa Portugal e o Mundo. Senão vejamos:

- Ernâni Lopes é da AORN e fala da crise.
- A AORN é composta por gente que atravessou inteiramente o tempo que nos levou à crise, os 65 anos dourados do pós-guerra, a Idade de Ouro como já alguém lhe chamou.
- A fragata “D. Fernando e Glória” é o símbolo das virtudes de um Portugal e de um tempo passado, mas essas virtudes são eternas, e ali preservadas naquele espaço, têm uma simbologia que urge recuperar.

E lembram-nos que dificuldades já existiram num passado ainda próximo, e bem maiores do que aquelas, que, mesmo em tempos difíceis, dizem que teremos de suportar.



O que restou da fragata “D. Fernando II e Glória” após o incêndio que a destruiu

Ora eu gostava que estes três elementos se ligassem para fazer renascer a AORN, para aproveitar a mensagem que Ernâni Lopes nos transmite (e que está plasmada nos valores daquilo que ele acha que dever ser em contraposição àquilo que é, e que ele exibiu, num quadro, no “Plano Inclinado”) e, finalmente, para “salvar” o símbolo que é a fragata, e usá-lo para afirmar e transmitir aos mais jovens os valores eternos que ali estão contidos.

Acho ainda que o ano em que se comemoram os 100 anos da República é o momento certo para iniciar os passos necessários para dar seguimento a esta minha proposta a qual consiste em:

- Refundar a AORN....
- ... à volta da mensagem de Ernâni Lopes...
- ... amplamente apoiada na simbologia associada à fragata “D. Fernando”

A organização sem fins lucrativos que fundei e que dirijo, a Fundação Vox Populi, abre o caminho a esta iniciativa, e dará um donativo (de montante ainda não definido) para concretizar este desiderato, caso ele venha a ser aprovado e implementado.

Saudações marinheiras

Luís Teixeira Queirós
15º CFORN

O FUZILEIRO RN LEONEL CARDOSO PREMIADO PELO DESPORTO ESCOLAR

O professor Leonel Alexandre Tomás Cardoso, que pertenceu ao 21º Curso de Formação de Oficiais da Reserva Naval, classe de Fuzileiros, foi agraciado, com um prémio especial, na Gala Anual do Desporto Escolar relativo a 2009, que teve lugar em Dezembro do ano passado na Escola Secundária D.Dinis, em Lisboa, pelo papel que desempenhou no desenvolvimento do Desporto Escolar.

O prémio foi-lhe atribuído pela ministra da Educação, Isabel Alçada.

Leonel Cardoso, o “Néné”, professor aposentado, mereceu a distinção, conjuntamente, com Sara Moreira – Atletas Internacionais de Atletismo – e Tomaz Morais – seleccionador nacional de Rugby.

A gala foi organizada pelo Gabinete Coordenador do Desporto Escolar.



Leonel Cardoso agradecendo a todos os colegas

PELA PRIMEIRA VEZ, EM 2009, O DIA DA RESERVA NAVAL

Realizou-se no passado dia 17 de Outubro de 2009, pela 1ª vez, o **DIA DA RESERVA NAVAL**. Porque foi considerado um evento importante, e até pelo número de presenças, os corpos gerentes consideraram que este evento deveria ter periodicidade anual. Que se tornasse, e que se venha a tornar, no convívio efectuado no seio da Marinha para todos aqueles que fizeram parte dessa grande família, numa fase da sua vida, independentemente ou não se serem sócios da AORN.

A escolha da Escola Naval, para a realização deste primeiro DIA DA RESERVA NAVAL, teve a ver com o simbolismo que este estabelecimento de ensino naval tem para todos os que, enquanto oficiais da Reserva Naval, serviram Portugal na Marinha.

Recebidos, solenemente, pelo comandante da Escola Naval o então contra-almirante Macieira Fragoso, os participantes dirigiram-se ao anfiteatro do estabelecimento, onde assistiram a algumas apresentações.

O Presidente da Direcção da AORN, Joaquim Moreira agradeceu a presença dos participantes e a disponibilidade da Marinha e da Escola Naval em nos receber e teceu algumas considerações sobre o passado, presente e futuro da AORN.

O Comandante da EN, CALM Macieira Fragoso, apresentou um interessante briefing sobre a evolução da Escola Naval até aos nossos dias.

Para terminar esta sessão, o Chefe da Divisão de Planeamento do Estado Maior da Armada, CMG Bráz da Silva, apresentou uma panorâmica sobre as actuais missões e capacidades da Marinha de Guerra Portuguesa, por todos considerada de relevante importância e que permitiu aos presentes actualizar os seus conhecimentos, comparando-os com o seu tempo de “marinheiros”.

Seguiu-se o almoço/convívio, na messe de cadetes, excelentemente preparado e servido pelo pessoal da “Taifa” da Escola Naval.

No final do almoço, durante os tradicionais brindes, tivemos ainda oportunidade de ouvir interessantes intervenções do Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral, Lemos Damião e do Vice-Almirante Conde Baguinho, em representação de S.Exª o Almirante CEMA.

Ouve também oportunidade para a entrega, por parte da AORN, de algumas lembranças aos oficiais da Marinha que mais directamente estiveram envolvidos na realização deste importante evento:

- CALM Macieira Fragoso – Comandante da Escola Naval;
- CMG Gonçalves Alexandre – Comandante do NRP Corte Real;
- CMG Gonçalves Henriques – Director de Transportes;
- CMG Seabra de Melo – Comandante da Base Naval de Lisboa;
- CMG Brás da Silva – Chefe da Divisão de Planeamento do EMA.



Foto do grupo tirada na escadaria de acesso ao edifício da Escola Naval.



Mesa da presidência durante o almoço na Messe de Oficiais da EN.



Entrega da Cresta da AORN ao Comandante da Escola Naval.

Um dos pontos altos do evento foi certamente a visita a um dos novos meios navais da Marinha, o NRP “Corte Real”.

Com duas horas de atraso em relação ao programa previsto, e muito a custo, lá embarcamos novamente na vedeta, rumo à Doca da Marinha, com a certeza de que este foi um dia bem passado.

PRÉMIO RESERVA NAVAL 2010



No passado dia 24 de Setembro de 2010, presidida pelo Almirante CEMA, realizou-se na Escola Naval a cerimónia de Juramento de Bandeira e entrega de espadas aos alunos finalistas.

Integrado nesta cerimónia, foi entregue pelo Vice Presidente da Direcção da AORN, Pedro Ribeiro, o Prémio “Reserva Naval” ao ASP Luis Carlos dos Santos Melo dedicado à memória do STEN FZ RN António Piteira, nobremente representada na “Sala Reserva Naval” daquele estabelecimento de ensino.

É atribuído anualmente ao cadete que, de entre os seus pares, por votação secreta dos alunos daquela instituição, manifestar, ao longo de 4 anos e de forma mais significativa, as virtudes que se reconheciam ao homenageado:

Altruismo, Camaradagem, Generosidade, Solidariedade e Simpatia



IN MEMORIAM...

COMANDANTE CASIMIRO ROCHA BARRETO (1958-2006)



“NAVEGAMOS por mares já antes navegados...”

A obra de Casimiro Barreto, editada em Novembro de 2001 e patrocinada pelo Instituto Camões, dá deste nosso camarada da Reserva Naval a grande dimensão do seu espírito aberto e sonhador. Artista plástico e profundamente conhecedor da vida dura no Mar, alia num contraste muito interessante, uma sensibilidade poética e um sentido prático da vida que só pode ter uma explicação – é que no Mar há tempo para sonhar mesmo passando por momentos da mais dura provação.

Ele próprio escreveu que “é no Mar que está o nosso destino e a nossa redenção”. Foi, no entanto, em Terra que o seu destino aconteceu. E em Terra viveu a sua redenção.

Passou dez anos a navegar ao serviço da Marinha Mercante, como oficial piloto. Integrou a Reserva Naval da Marinha de Guerra.

Foi docente na Escola Náutica Infante D. Henrique onde estudara. E leccionou na IMO – International Maritime Academy, em Itália.

Para além do mais fez amigos, muitos. E foi camarada atento numa vida de simplicidade, de dedicação e de exemplo, que o último ano da sua vida bem retracta. Martirizado pela consciência da doença e pela dor física que a mesma lhe causava, manteve uma presença actuante que tornava mais difícil ainda a impotência dos amigos para lhe chegarem com alguma ajuda.

Foi no dia 7 de Março de 2006 que Casimiro Barreto nos deixou. Fica-nos a sua memória, o seu exemplo e a certeza dos filhos manterem, com o seu exemplo de vida, a imagem que dele guardamos para sempre.

*José Pires de Lima
4º CEORN*

MESTRE HENRIQUE ANJOS

HENRIQUE MARIA ULRICH ANJOS (1952-1993)



Dele disse a jornalista Inês Dentinho: “Um aristocrata que escolheu ser pescador; um campeão de vela que quis ser bombeiro, um homem do mar que uniu os grandes e os pequenos da baía de Cascais”.

Mas foi mais. Campeão de vela, olímpico nos Jogos de Munique de 1972, nos de Los Angeles de 1984 e nos da Korea do Sul em 1988, foi também oficial Fuzileiro da Reserva Naval, oriundo do 23º CFORN, incorporado na Armada em 30 de Agosto de 1973. Prestou serviço em 1975, em Angola, integrado na Companhia de Fuzileiros nº 5.

Nos seus tempos de menino frequentou a Escola Técnica dos Salesianos, do Estoril, e o Colégio de João de Deus, no Monte Estoril, neste último de 1963 a 1967, entre o 2º e o 5º ano do liceu.

A sua vida é uma história de entrega aos outros, de desapego ao material, de exemplo contagiante pelo entusiasmo que a tudo dedicava, sem sacrifício aparente, apenas pe-

lo gosto de viver para a natureza.

A sua morte prematura antes de completar 40 anos de idade, deixou vazio um lugar único que era só dele.

Quatro anos depois desse dia fatal, o texto que Inês Dentinho escreveu na data, merece ser recordado. Nele se revê a figura de Henrique Anjos na sua dimensão maior. Com a devida vénia, aqui o recordamos em frases elucidativas:

“Era um homem do mar. Calado como a noite. Generoso como as marés. Forte como um porto de abrigo. Fez da sua vida uma história de água salgada. Na vela, nos fuzileiros e na pesca. Tinha com o Mar uma conversa íntima. De respeito e à-vontade. A mesma que o fez perder. No dia em que o respeito não vingou”.

Henrique Anjos morreu na baía de Cascais onde corria os seus dias. Entre a Lota e o Clube Naval. Reunia em si os dois mundos da vila antiga. Era aristocrata e pescador. Desportista e profissional. Civilizado porque simples.

Nunca deixou de ser quem era, por passar a ser quem foi.

A “alta” achava-o excêntrico. Demorou a entender aquele viver solitário, de um dos seus entre os homens do mar. Foi também com o tempo, que os pescadores aprenderam a tê-lo como igual. Ou quase. Porque quando a crise apertava e a discussão fazia divisões, lá acorriam ao Mestre Henrique Anjos na certeza de uma solução para o enguiço.

Podiam contar com ele. Tão silencioso como popular; ele ouvia os aflitos, estudava os assuntos e tratava de achar a exacta resposta para a “tempestade”. Assim, lançou os Estatutos para a Associação de Armadores e Pescadores de Cascais, pediu regras justas para a Lota, quis de volta a Casa dos Pescadores, requereu licença de arrasto para Cascais e pensou a futura Marina a contento da pesca e do recreio.

No outro extremo da baía, com igual empenho, animava as escolas de vela. Lançou sementes que hoje dão fruto.

Em nome do Mestre, a Câmara criou o Dia do Pescador de Cascais, comemorado anualmente a 8 de Março. E colocou, no Largo da Lota, a nova placa de Henrique Maria Ulrich Anjos. Um homem que sozinho traçou o caminho. Hoje percorrido por todos.

Nascido em Lisboa a 4 de Junho de 1952, com casa na Linha, era junto dos ganhões alentejanos, durante as férias, que o rapaz se sentia melhor. Saía de madrugada para a monda nas herdades das tias de Estremoz. Almoçava na cozinha do rancho e recebia os seus tostões ao Sábado, como mais um trabalhador rural. Tomava-se a sério e ganhava gosto pela vida daquela gente. De tal maneira, que quando entrou para a primária, não queria aprender a ler – “quero ser ganhão. E os ganhões não sabem ler”.

A sábia professora arranhou-lhe então uma gazeta agrícola que Henrique devorou em letras. Ali se descreviam culturas e calendários rurais. Aplicou os conhecimentos no fim do jardim grande da casa de Santo Amaro. Plantava as suas hortas, colhendo frescos para a casa.

Mas seria o mar que o chamaria com apego. Filho e neto de velejadores consagrados, cedo se habituou a acompanhar o pai no barco, aos fins-de-semana. Lá estava também o velho arrais Augusto, com tempo e encanto para ensinar o seu pequeno marinheiro.

Velejador desde os cinco anos de idade, aos oito entra para a primeira escola de vela, em Algés. Foi campeão nacional júnior, em 1971 na classe Finn. No ano seguinte conquista o 6º lugar nas Olimpíadas de Munique, na classe Star.

Vivia agora no Estoril e passava os dias na Baía de Cascais. “Tinha a mania da pesca. Nas pedras havia mais peixe e era para lá que ele ia desde os 14 ou 15 anos. Mexia-se dentro de um barco como se estivesse em terra” diz dele o seu amigo e também oficial fuzileiro da Reserva Naval, José Maria Bustorff Silva.

Igual a si próprio oferecera-se, entretanto, como voluntário para os bombeiros, ganhando méritos e louvores por actos de bravura. Recebia as honras sem publicidade.

Tal era o empenho do bombeiro que, no dia da admissão à faculdade, preferiu responder à sirene em vez de fazer exame. Apagou esse fogo e entrou, no ano seguinte.

Vai trabalhar para a Lisnave, onde um tio, na Administração, lhe pergunta: “Queres aprender ou queres ganhar dinheiro?”. Quis aprender a ser soldador mecânico. E foi. Mas tinha 19 anos e uma vontade certa de ligar a sua vida ao mar. Em 1973, ofereceu-se como voluntário para os fuzileiros navais. Vai para Angola.

De volta a Lisboa não se demora na vida militar. Passa a trabalhar em limpezas químicas das tubagens dos navios.

Apesar da violência dos empregos, Henrique Anjos nunca larga a vela. Esgota as energias do fim-de-semana no clube Naval de Cascais. Será campeão nacional, na classe Star, desde 1979 a 1984, repetindo a proeza em 1988.

Casara durante o serviço militar, mas não procura casa. Igual a si próprio, queria viver num barco. Em 1975, consegue comprar uma traineira devoluta. Mas acaba por manter os pé em terra. Vive em Sintra, contrariado pela serra que o separa da baía. Tem quatro filhos, todos eles amigos do vento e do mar.

A partir de 1978 dedica-se à pesca. Recupera o barco. Faz redes na perfeição. Tem engenho. Apura o sentido prático de quem vive da natureza. Aprende depressa. Conhece o mar como qualquer velho pescador profissional. Todos os dias saía para o mar às três da tarde e voltava na manhã seguinte, por volta das dez. Despachava o peixe na lota e passava pelo Clube Naval, por vezes ainda equipado. Na praia batia-se pelo espírito de corpo dos pescadores de Cascais. Corria o país, de Peniche a Olhão, na demanda da melhor estrutura para uma associação dos “seus” homens.

Fazia quilómetros ao fim-de-semana, à procura de estatutos ideais para o caso da sua terra. O turismo e a natureza individualista da gente do mar “proíbiam” o espírito de corpo dos pescadores.

Henrique batia-se sozinho pela mudança da corrente. As injustas regras da lota, beneficiando as especulações de intermediários, assim o impunha. Queria as licenças de arrasto de vara e arrasto de portas, fixas em Cascais. Viria a garanti-las depois de morrer.

Entrava nos cursos de formação profissional só para mostrar aos outros pescadores que também deveriam estudar. E punha o seu barco, gratuitamente, à disposição para o ensino dos novos profissionais.

Tudo fazia sem alarde. Indiferente às resistências. Com uma estranha confiança no futuro que não conheceu.

Morreu com 40 anos, tentando salvar os barcos do Clube Naval, num dia de mar picado. Ninguém lhe pedira ajuda. Mas era preciso evitar o estrago pior.

Que não evitou”.

A trágica morte no mar, à vista do “seu” Clube Naval, no meio das embarcações da Baía dos “seus” pescadores, depois de anos de luta pela segurança da profissão, foi castigo para quem o devia ter ajudado e com ele deveria ter lutado. Para Henrique Anjos, a glória do seu nome perpetuado, sem as honrarias que sempre rejeitou em vida, mas cuja memória, aqui e ali, vai continuar a ser lembrada.

Morreu o Homem. Fica a Memória. Salvou-se a obra.

*José Pires de Lima
4º CEORN*

Realizou-se no passado dia 10 de Junho, pelas 18:00 horas, no Clube Naval de Cascais, uma homenagem ao Henrique Anjos.

Estiveram presentes, além de familiares e amigos, em representação da AORN e da Reserva Naval, o Joaquim Moreira, o Pedro Sousa Ribeiro, o José Ruivo e o José Pires de Lima.

Nesta cerimónia, presidida pelo Presidente da Direcção do Clube Naval anfitrião, usaram da palavra:

O Mestre Ramos, que se fez representar, e que falou sobre o Pescador;

O Patrick Monteiro de Barros, que falou sobre o Campeão de Vela;

A sua mulher Isabel, falou sobre as suas qualidades de Marido e de Pai;

O Presidente da Direcção da AORN, Joaquim Moreira, falou do Homem que foi o Henrique Anjos, lembrando aos filhos e a todos os presentes, a responsabilidade em mantermos viva a sua Memória e os seus Valores e Princípios.

Aproveitou a oportunidade para informar que esta homenagem, pensada há mais de 10 anos pelo Pires de Lima, na sequência de uma outra na Lota de Cascais, organizada pelo Alves da Rocha, enquanto Secretário Geral da AORN, tem em vista perpetuar o Henrique Anjos e o seu exemplo, junto da juventude praticante de vela.

*Joaquim Moreira
25º CFORN*

DR. ANTÓNIO LUÍS MARINHO DE CASTRO (1942-2002)



Em 15 de Março de 1968 dirigido ao Comando Naval de Angola, o Chefe do Estado Maior da Armada, Vice-Almirante Armando Júlio de Roboredo e Silva exarava o seguinte despacho:

“Considero digno de louvor e de muito apreço o relatório elaborado pelo Sub-tenente FZ da RN Marinho de Castro, respeitante à sua missão de Comando da LDP 210, no Rio Cuando e no período de 29-6 a 5-8-967.

O relato feito demonstra espírito de observação, de iniciativa, entusiasmo, devoção e alta noção do verdadeiro espírito de comando e de equipe, que muito me apraz aqui registar e que desejo seja levado ao conhecimento do oficial.

Creio e espero, que o relatório tenha sido aproveitado, não só pelo oficial que o rendeu na Comissão, como por todas as autoridades interessadas no conhecimento das informações obtidas e sugestões formuladas.

Este relatório excede tudo quanto se pode esperar de um jovem oficial RN, com uma experiência mínima e conhecimentos limitados da profissão, pelo que é digno, como exemplo, de ser lido e ponderado por todos os que venham a servir no Leste de Angola..

Lamento que o atraso na remessa do relatório ao EMA só agora me tenha permitido apreciar este trabalho do TEN Marinho de Castro, que desejo conhecer quando regressar ao Continente.”

Louvido desta forma em 1968, e em consequência, condecorado mais tarde com a Medalha de Mérito Militar, não encontro melhores adjectivos que definam as qualidades profissionais do 2TEN FZ RN Marinho de Castro, enquanto marinheiro, para um texto evocativo da sua memória.

Já o mesmo não direi quanto às suas qualidades humanas.

Longe do convívio de sua família e dos amigos, Luís Marinho confere-nos dolorosa sensação de vazio, em simultâneo com um legado de valores difíceis de reproduzir em palavras. Quaisquer que elas sejam, serão sempre um lugar comum, um elogio igual a tantos outros, feito em idênticas circunstâncias. Não merece referência tão banal.

Quantos tiveram o privilégio de com ele se cruzarem nesta vida, sabem que ele próprio foi a personificação da Amizade; da Amizade que dedicou, da Amizade que alimentou, da Amizade que defendeu, da Amizade que ensinou.

E da Coragem. Quem ao longo de um ano, o último ano da sua vida, soube transmitir diariamente a todos os seus amigos a esperança que ele próprio desejava ter, assume-se como um vencedor perante a mais cruel das realidades – a do fim da própria vida.

Com o avançar da idade, julgamo-nos moralmente capazes de suportar sucessivos desgostos, tão vulgares como a repetida notícia do desaparecimento físico dos amigos. Pensamos que os cabelos brancos nos conferem alguma protecção contra o sentimento do vazio.

Puro engano. É que a idade dá-nos a faculdade de saber apreciar, no grau máximo da nobreza, o valor da amizade e o simples facto de haver menos um a praticá-la, a defendê-la e a ensiná-la, deixamos tristemente mais sós.

Fraco testemunho este, perante o desejo de encontrar palavras diferentes para um Amigo diferente.

No silêncio da própria intimidade, cada um dos seus amigos encontrará certamente o texto correcto, talvez até por inspiração do que aqui deixo escrito. Fico contente perante essa possibilidade.

Uma referência especial à devoção do Luís Marinho de Castro à Marinha de Guerra e ao que para ele significava a Instituição como máxima defensora do Mar.

Impulsionador e entusiástico fundador da AORN, a Associação dos Oficiais da Reserva Naval a que pertenceu como cidadão civil, viveu desde sempre com o orgulho de ter feito parte do corpo activo da Marinha de Guerra, como Oficial Fuzileiro.

E no fechar do livro da vida, cumprindo o sentido desta estrada que todos percorremos, deixou-nos mais um sinal da sua grandeza de sentimentos.

É que por vontade própria, interpretada fielmente pela sua Família, as suas cinzas foram lançadas ao Mar, como derradeiro desejo de que a Amizade que a todos dedicava chegasse a todo o Mundo.

Tal como o louvor do Chefe do Estado Maior da Armada em 1968, também o Chefe do Estado Maior da Armada em 2002, Almirante José Manuel Garcia Mendes Cabeçadas, entendeu dar publico testemunho do reconhecimento à sua memória, conferindo à derradeira cerimónia a máxima dignidade.

*José Pires de Lima
4º CEORN*



IN MEMORIAM...



DR. RODRIGUES MAXIMIANO (1946-2008)

Conheci o António Henrique Rodrigues Maximiano apenas nos períodos que antecederam a formação da AORN. Não era um seu próximo camarada de armas, nem, na altura, tinha qualquer ligação a ele.

Vim a ter uma maior proximidade, devido à minha vida profissional, depois de ele ter sido indigitado para IGAI (Inspector-Geral da Administração Interna).

Pois, precisamente, no dia da posse, quando dei entrada no salão nobre, reparei no Max, com uma espampanante gravata, que foi a sua imagem de marca, descomplexado naquele conjunto de personalidades muito formais. Quando o cumprimentei, rimo-nos e disse-me, entre dentes, umas palavras de circunstância, mas que tinham todo o sentido naquilo a que ele se propunha: *“You ver se consigo mudar algo na mente desta gente”*.

Além dos encontros e reuniões da AORN, reví-o muitas vezes, portanto, na sua actividade profissional. Havia sempre uns minutos para falarmos. Estava muito preocupado

com a democratização da justiça, incluindo dentro das forças de segurança. Sentia, à medida que os anos passavam, quão difícil estava a ser a tarefa a que se propusera.

A última vez que com ele falei, ou estava para se reformar ou reformado há pouco tempo, e pensava em viajar. Foi, nessa conversa, que reparei que a sua saúde estava a ser abalada. Riu-se, e atirou-me: *“Estou aqui para as curvas”*. Nunca mais falei com ele até à sua morte. E essa a última imagem que guardo dele.

Mas, para a sua memória, pedi a um camarada do seu CFORN, e que mais tarde seguiu a carreira militar na Marinha, que fizesse o seu elogio fúnebre.

Serafim Lobato
14º CFORN

MAX – NOME DE GUERRA

Max!... não era qualquer exclamação, mas tão só o “nome de guerra” com que o chamávamos, nós que com ele privámos em Luanda-Angola, nos idos de 73 e 74, carinho feito amizade nas lutas comuns que, quotidianamente, travávamos e fomos ganhando, numa afirmação de profissionalismo e respeito pelo homem que éramos, todos os oficiais, sargentos, praças e funcionários civis do Comando Naval de Angola, mas, também, ao mesmo tempo, pela arma que servíamos, a nossa Marinha. Desse tempo, recordo a consideração dos Comandantes, Directores ou Chefes pelo Chefe do Serviço de Justiça, mas, acima de tudo, pelo jurista que, já nessa altura, se salientava pelo conhecimento e pela multifacetada capacidade de intervenção, que, mais tarde, o viria a afirmar no panorama político nacional, enchendo-nos, aos camaradas do 20º CFORN e aos amigos mais chegados, de inusitado orgulho, tanto mais forte, quanto mais ele se constituía como referencial da própria opinião pública.

Capacidade de intervenção que o levou a integrar o conjunto dos primeiros impulsionadores do movimento pró-Associação de Oficiais da Reserva Naval (AORN), vindo a ser o primeiro Presidente da Direcção daquela instituição criada com a finalidade de, entre outros, pressupostos, o de *“salvaguardar, conservar e desenvolver os valores que sempre presidiram ao espírito de serviço, de camaradagem, de lealdade, de coragem, de sacrifício e de solidariedade dos Oficiais que prestaram serviço na Reserva Naval da Marinha de Guerra Portuguesa”*.

O Max foi, sem sombras de dúvidas, nesse período, o rosto respeitado dos associados, claro enquadrado num conjunto de corpos gerentes que se interligavam e completavam.

Participou nessa equipa para impulsionar a única Associação de Oficiais da Reserva que existe nas Forças Armadas Portuguesas. Até hoje ela, com altos e baixos, tem mantido essa chama acesa.

Mas a vida, qual madrasta que não conhece o amor de mãe, de quando em vez, vai-nos reservando a mais cruel sorte, não sendo suficientes nem a força de vontade ou determinação, nem sequer o conhecimento científico para, independentemente da idade, travar a marcha inexorável rumo à outra vida.

Foi assim com o Max, roubando-o prematuramente aos seus entes mais queridos, aos amigos, mas também ao nosso Portugal tão carente de quem tenha capacidade e voz para apregoar e promover mais solidariedade, mais igualdade, justiça.

Era assim o insigne amigo, camarada, companheiro e magistrado Rodrigues Maximiano!

João Pires Carmona
CMG FZ na Reserva
20 CFORN

PROF. DR. RICARDO CAMPOS (1942-2009)



Ricardo Manuel Migães de Campos nasceu em Lisboa no dia 26/08/1942, filho de Maria do Carmo George Bettencourt de Campos, natural dos Açores e de Adalberto Alexandre de Campos, natural da Madeira.

Concluiu a instrução primária como aluno da Escola Oficial nº 26, em Lisboa, com média final de 17 valores.

Frequentou o ensino secundário nas seguintes Instituições: Liceu Camões, Colégio Valsassina e Liceu Gil Vicente, tendo concluído a alínea f) do ensino complementar com a média de 14 valores.

Ingressou na Faculdade de Medicina de Lisboa em 1960, tendo concluído o curso em 1967, com a média de 17,30 valores. Defendeu a tese de licenciatura subordinada ao tema “Contagem das células parietais após laqueação dos canais pancreáticos no cão” que foi galardoada com o prémio “drailing” da Sociedade Portuguesa de Gastroenterologia do mesmo ano.

Concorreu às provas de admissão à Marinha de Guerra Portuguesa para realização de Serviço Militar Obrigatório, tendo ficado classificado em 2º lugar. Foi incorporado como clínico geral da Escola Naval a que se seguiu o ingresso no 11º CFORN - Curso de Formação de Oficiais da Reserva Naval. Depois de concluído o curso e efectuada a viagem de instrução, jurou bandeira em 5 de Abril de 1967.

Foi mobilizado para Moçambique, para onde embarcou em 24 de Abril de 1967. Já naquela antiga província, foi destacado para o Comando de Defesa Marítima dos Portos do Lago Niassa – Base Naval de Metangula, onde prestou serviço na Companhia nº 2 de Fuzileiros, tendo exercido as funções de médico daquela unidade durante 6 meses. Desempenhou ainda, durante cerca de um ano, missões de colaboração na área da saúde com a Esquadilha de Lanchas no Comando de Defesa Marítima dos Portos do Lago Niassa e com o Destacamento de Fuzileiros Especiais nº 5. No restante tempo permaneceu alternadamente quer em Nampula quer em Lourenço Marques. A actividade centrou-se na assistência às unidades às quais estava adstrito, alargando-se aos militares do exército e ainda às populações indígenas, que não tinham qualquer acesso aos cuidados básicos de saúde.

Em 24 de Abril de 1970 regressou e passou à disponibilidade; nessa altura, iniciou a carreira de médico civil, alicerçada na experiência já granjeada como médico militar da Reserva Naval. Desde esta altura e até 1975, realizou concurso para Internato Geral com aprovação de “Bom”. Em 1975, concorreu a Médico Especialista em Cirurgia Geral, tendo obtido a respectiva graduação. Em 1976, obteve o grau de Master of Science da Universidade de Oxford. Em 1979, doutorou-se em Cirurgia pela Universidade de Lisboa. Posteriormente, exerceu as funções de Professor de Cirurgia Geral no Hospital de Egas Moniz (U.N.Lx), em acumulação com o cargo de Assistente Graduado do Hospital de Egas Moniz. Em 1992, foi Director Clínico no Hospital Distrital de Beja e, no final da carreira, exerceu as funções de Cirurgião Geral na Clínica de Santo António na Reboleira.

Não quero que as linhas que ora rabisco sejam filtradas por algo que mascare o que me vai num espírito acabrunhado e entristecido pela perda. Caiu no combate último da vida um Camarada e Amigo mas também um competente profissional de saúde, médico cirurgião que sempre recusou aceitar, para si próprio, a doença ou diminuição física que sempre o preocupava nos outros, e de que cuidava num grande abraço fraterno onde cabia sempre mais solidariedade para com o amigo, o camarada ou o simples paciente.

Doença que, também ela, lenta mas progressivamente o foi minando implacavelmente, numa luta desigual em que força de vontade e determinação nunca o vergaram na adversidade.

Com sábia e permanente capacidade humana e social, determinadamente mantidas, congregava no seu círculo pessoal e familiar saudáveis hábitos de convívio e confraternização que mantinha de forma destacada, personalizando nos pormenores cada evento que levava a cabo ou em que, empenhadamente, participava.

Quem não tem na memória o Livro de Registo de Presenças com as obrigatórias assinaturas de cada camarada ou amigo no Clube Militar Naval ou em Azeitão, onde quer que o Ricardo marcava presença?

Quem se não recorda da Missão Metangula – Relato de Uma Viagem a Moçambique evento que, de 11 a 20 de Maio de 1999 o Ricardo encabeçou e organizou no âmbito de eventos da AORN – Associação de Oficiais da Reserva Naval já oportunamente divulgado e relatado, num projecto de Memória Reserva Naval, dignificante para a Associação e também para a Marinha de Guerra que tanto prestigiou?

O universo Reserva Naval, os Amigos, a Associação e a própria Marinha ficaram mais pobres.

Que a esteira do rumo Reserva Naval que seguiste sirva de modelo de inspiração aos Camaradas que ficam, com a acrescida responsabilidade de te seguirem e complementarem no exemplo que legaste.

Até sempre!

Manuel Lema Santos

8º CEORN



A RESERVA NAVAL EM MACAU

1968/1970

António Miranda da Rocha
11º CFORN

Com este título, está a ser preparada, para breve, uma publicação cujo texto se refere a uma história que começa no longínquo ano de 1968, na longínqua Província Ultramarina de Macau.

Pelas suas páginas desfilarão casos, acontecimentos e pessoas que, por terem colaborado com a Marinha, também nos pertencem.

Foi a única comissão de serviço da Reserva Naval nesta parcela do antigo Ultramar Português.



Anuário da Reserva Naval 1976 -1992

Brevemente, vamos publicar o Anuário da Reserva Naval, 1976 -1992, da autoria do nosso camarada Manuel Lema Santos, 8.º CEORN, edição que vem complementar uma outra já publicada anteriormente, abrangendo os anos de 1958 a1975 da autoria dos Comandantes Adelino Rodrigues da Costa e Manuel Pinto Machado.

A Associação dos Oficiais da Reserva Naval assumirá os custos da edição e publicação, sem prejuízo dos apoios que estão a ser procurados junto dos nossos associados, por considerarmos uma obra de importância vital para a História da Reserva Naval, no período que se seguiu ao final da Guerra em África.

Não só vem abrir novos horizontes à informação sobre aqueles cursos onde desfilaram 1886 Oficiais de várias classes mas também promover a adesão dos nossos camaradas mais novos.

Esta iniciativa insere-se na mesma preocupação que nos levou a alterar os Estatutos da Associação, na Assembleia Geral do passado dia 18 na Academia de Marinha, por forma a permitir a adesão, como sócios efectivos, aos Oficiais que prestaram, prestam e prestarão Serviço Militar na Marinha de Guerra Portuguesa a partir de 1993. O Futuro da Reserva Naval.



Continental

Nº 1 em travagem.

Pneus Continental - vencedores do teste de travagem realizado pela TÜV SÜD Automotive.*



www.continental.pt



Continental 
O Pneu da Engenharia Alemã



* A TÜV SÜD Automotive, especialista alemã em testes, inspeções e certificações, comprovou que os pneus Continental superam as marcas concorrentes em testes de travagem realizados tanto em piso molhado como seco: referência de relatório 76225118 (10/2007). Medida de pneu testado: 205/55 R16 H, ContiPremiumContact™ 2. Para mais informações visite: www.continental.pt.